



Jérôme Martins Tavares

Migrantia: Caracterização da Imigração em Portugal

Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor
Hermes Costa, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Jérôme Martins Tavares

Migrantia: Caracterização da Imigração em Portugal

Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor
Hermes Costa, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Capa: <http://www.percip.pt/noticias/ver.php?id=4>

Índice

Lista de siglas

Resumo

Abstract

Introdução	1
I-Caracterização da entidade de acolhimento, Inserção e Objecto de Estudo.....	5
I.1-Characterização da entidade de acolhimento	5
I.2-Inserção	7
I.3-Objecto de estudo	8
2-Construção da Base de dados.....	13
2.1-Referências.....	14
2.2-Entidades Nacionais	15
2.3-Entidades Internacionais	15
2.4-País	16
2.5-Embaixadas e Consulados	18
2.6-Associações de Imigrantes.....	18
2.7-Estatísticas.....	19
2.8-Principais Grupos de Imigrantes	20
3-Principais grupos de imigrantes em Portugal	23
3.1-Evolução das principais comunidades de imigrantes residentes em Portugal	23
3.2-Os Principais grupos de imigrantes residentes em Portugal por sexo	27
3.3-Os Principais grupos imigrantes residentes em Portugal por distrito	29
3.4-Os Principais grupos imigrantes residentes em Portugal por continente.....	34
4-Temas ligados à Imigração.....	39
4.1-Mulheres Imigrantes	40
4.2-Imigração e mercado de trabalho	43
4.3-A Integração Social.....	48
4.4-Tráfico de Imigrantes e Imigração Ilegal.....	54
4.5-Os Cuidados de Saúde	55
4.6-Os Direitos dos Imigrantes	57
4.7-Outros Temas.....	60
Conclusão.....	65
Bibliografia	67
Páginas da Internet.....	73

ANEXO

I.1-Referências.....	75
I.2-Entidades Nacionais	75
I.3-Entidades Internacionais	76
I.4-País	76
I.5-Embaixadas e Consulados	77
I.6- Associações de Imigrantes.....	77
I.7-Estatísticas.....	78
I.8-Principais Grupos de Imigrantes	78

Lista de siglas:

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

AMC – Área Metropolitana de Lisboa

CEE – Comunidade Económica Europeia

CES – Centro de Estudos Sociais

CPP – Código Penal Português

INE – Instituto Nacional de Estatística

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

URL – Página da Internet/Site

Resumo

O presente relatório é o resultado de um estágio curricular realizado na empresa Nomadis no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O meu trabalho teve por objectivo principal a construção e o preenchimento de uma base de dados sobre os imigrantes residentes em Portugal. Nela foi armazenada toda a informação disponível sobre as diversas comunidades de imigrantes em Portugal, cujos resultados práticos conduziram à construção de diversas tabelas com informação diversificada, tais como obras ligadas à imigração, entidades, associações, estatísticas, embaixadas e consulados, entre outras. Para além disso, foi feita uma análise aos dados recolhidos na tabela 'estatísticas' que permitiu perceber a evolução das principais comunidades de imigrantes nos últimos dez anos e as suas características relativamente às variáveis sexo e distrito de residência. Através da análise documental das obras publicadas pelo ACIDI, nos últimos dez anos, foi possível identificar os principais subtemas ligados à temática da imigração, os problemas, as especificidades e as ilações retiradas em cada um deles, bem como um levantamento daquilo que se sabe sobre este tema e inspirar possíveis projectos que poderão ser realizados futuramente pela Nomadis e/ou outras entidades.

Abstract

This report is the result of the carrying out of a traineeship in the enterprise Nomadis in extent of the Sociology Master in the Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. The primary aim of my work was the construction and the completion of a database about the resident immigrants in Portugal whose practical results perform the construction of various charts with diversified information such as works linked to immigration, entities, associations, statistics, embassies and consulates, amongst others. Moreover, was done an analysis of data collected from the chart 'statistics' which allowed understanding the evolution of the principle immigrants' communities in the last ten years and their characteristics relative to the variables sex and district of residence. Across the documental analysis of the works published by ACIDI in the last ten years was possible to identify the principle subthemes linked at the theme of immigration, the problems, the specifics and the inferences withdrawal in which one of them, as well as a lifting of what is known about this theme and inspire future projects that can be realized in the future by Nomadis or other entities.

Introdução

O presente relatório decorre da realização de um estágio curricular na empresa Nomadis, uma das empresas incubadas no Instituto Pedro Nunes, localizado na cidade de Coimbra. Este estágio teve início no dia 9 Novembro de 2009 e terminou no dia 31 de Março de 2010 sob a supervisão dos Professores Doutores José Carlos Marques e Pedro Góis, por parte da empresa, e do Professor Doutor Hermes Costa, como orientador da Faculdade de Economia.

A Nomadis estuda as comunidades imigrantes em Portugal, um tema de grande actualidade, como é testemunhado pela entrada em território nacional de numerosos imigrantes à procura de uma vida melhor, sobretudo imigrantes brasileiros e da Europa de Leste.

Sendo este um tema com o qual estava pouco familiarizado mas que despertava grande interesse pela sua actualidade, escolhi a Nomadis como entidade de acolhimento para a realização do meu estágio. Em articulação com os seus responsáveis foi discutida e elaborada uma proposta de trabalho. Essa proposta visaria sobretudo a realização de uma base de dados na qual seria introduzida toda a informação recolhida e pertinente sobre a imigração em Portugal. O objectivo desta tarefa consiste em armazenar num só local toda a informação actualizada existente sobre imigração. Com toda esta informação disponível tornou-se possível estudar a evolução da imigração nos últimos anos e as alterações que foram surgindo. Através da informação disponível na base de dados procura-se caracterizar cada uma das principais comunidades de imigrantes residentes em Portugal e encontrar as respostas para as alterações no campo da imigração. Desta forma, é possível dizer que o principal objectivo desta base de dados é fazer o ponto da situação actual no que diz respeito ao tema da imigração e todos os subtemas que esta temática abrange.

Para mim, esta tarefa foi vista com grande ânimo uma vez que me permitiu conhecer e compreender a realidade sobre a situação actual da imigração em Portugal. Para além de ficar a conhecer melhor quais as diversas temáticas ligadas à imigração, possibilitou-me ainda perceber a situação que algumas comunidades enfrentam e os factores que estão na sua origem.

Os primeiros dias na Nomadis ficaram marcados pela procura de informação sobre a empresa e o instituto que a acolhe e o tema da imigração em Portugal. Para realizar esta primeira fase, correspondente ao primeiro capítulo, foi necessária uma recolha de informação e uma análise documental, que se tornaram fundamentais para perceber o objecto de estudo da empresa e para o prosseguimento do meu estágio. Ainda nesta primeira fase do estágio procurei integrar-me na empresa e conhecer os hábitos de trabalho dos meus colegas através do convívio e da observação de forma a ganhar a confiança e a amizade, fundamentais para o bom funcionamento e harmonia no local de trabalho.

No segundo capítulo, descreve-se a construção da base de dados e o seu preenchimento com diversas tabelas tendo cada uma informação pertinente ligada aos imigrantes em Portugal. Nesta fase foi recolhida informação através de pesquisa em bibliotecas e em sites de referência, e posteriormente essa informação foi organizada em várias tabelas.

Deste modo, encontramos: a tabela *Referência* que contém as obras mais recentes publicadas sobre imigração; a tabela *Estatística* onde encontramos os dados disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)¹ nos últimos anos e a tabela *Entidades Nacionais* na qual destacamos o SEF e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)² das restantes entidades ligadas à imigração por serem as que mais contribuem na recolha de informação presente na base de dados. Na base de dados constam ainda as tabelas *Entidades Internacionais* ligadas à imigração; a tabela *País* onde encontramos a lista completa de países no mundo e o número de imigrantes originário de cada país residente em Portugal; a tabela *Embaixadas e Consulados* com as respectivas embaixadas e consulados existentes em Portugal; a tabela *Associações de Imigrantes* com as principais associações ligadas à imigração em Portugal; a tabela *Principais Grupos de Imigrantes* na qual constam as comunidades de imigrantes mais representativas em Portugal e um breve documento

¹ O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é um serviço de segurança e um órgão de polícia criminal, integrado ao Ministério da Administração Interna, cuja missão é a de dar execução à política de imigração e asilo de Portugal, de acordo com as disposições da Constituição, da lei e das linhas orientadoras do governo. Para mais informações podem consultar o site www.sef.pt.

² O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), I.P., é uma estrutura interdepartamental de apoio e consulta do governo em matéria de imigração e minorias étnicas. Disponível na página <http://www.acidi.gov.pt/>.

com a origem desta imigração; e por último tabelas auxiliares como os *Códigos Postais*, os *Autores*, entre outras.

O terceiro capítulo do relatório realça um aspecto central da realização do estágio, ao analisar duas tabelas da base de dados: as tabelas *Principais Grupos de Imigrantes* e *Estatísticas*. Esta fase fica marcada pela recolha e divisão dos dados agrupados na tabela “*estatísticas*” sobre os principais grupos de imigrantes residentes em Portugal e posterior análise e interpretação dos resultados obtidos. Ao longo do estágio foi possível constatar a necessidade de obter dados recentes sobre o número de imigrantes residentes em Portugal. Esta necessidade advém das inúmeras alterações observadas em torno desta população nos últimos anos. A análise efectuada permite assim perceber a situação actual da comunidade imigrante em Portugal mas também as razões que originaram essas mudanças. O facto dos dados analisados abrangerem apenas os principais grupos de imigrantes em Portugal é explicado por estes serem o objecto de estudo da maioria dos trabalhos desenvolvidos pela Nomadis e pelos restantes investigadores do país.

O quarto capítulo consiste na análise documental das obras publicadas pelo ACIDI (antigo ACIME) que se encontram armazenadas na tabela *Referência* de forma a identificar a maioria dos subtemas ligados à imigração, os problemas, as especificidades e as ilações retiradas em cada um deles. No fundo, uma tentativa de perceber quais os principais temas que têm sido alvo de pesquisa nos últimos anos e levar os investigadores a reflectir sobre questões ainda pouco exploradas, através de possíveis projectos que poderão ser realizados futuramente pela Nomadis e/ou outras entidades.

I-Caracterização da entidade de acolhimento, Inserção e Objecto de Estudo

Para a realização do meu estágio curricular, a empresa escolhida tem por nome Nomadis e destacou-se das restantes possibilidades por diversos factores. A principal razão que motivou essa minha escolha teve como fundamento tratar-se de uma empresa ligada ao estudo das comunidades imigrantes em Portugal. Sendo uma área com a qual estava pouco familiarizado, considerei-a como um novo desafio capaz de me proporcionar mais conhecimentos e com o qual me identifico um pouco por eu próprio ter sido imigrante no passado. Outros factores que contribuíram para a escolha desta empresa em particular estão ligados à localização (cidade de Coimbra) e a possibilidade de contactar pessoas altamente qualificadas na área da imigração e com os quais poderia partilhar as minhas dúvidas e interrogações. O contributo e supervisão dos responsáveis da empresa (Dr. Pedro Góis e Dr. José Carlos Marques), igualmente investigadores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e docentes em diversas universidades do país, revelou-se também fundamental.

1.1- Caracterização da entidade de acolhimento

A Nomadis está integrada no Instituto Pedro Nunes, mais concretamente, na incubadora de empresas do Instituto. Esta incubadora é a maior do País e a segunda maior do mundo, na qual trabalham cerca de 300 pessoas. Criada no ano de 1996, já apadrinhou mais de 130 projectos empresariais e possibilitou a implementação de pelo menos mil postos de trabalho dirigidos a trabalhadores com elevadas qualificações escolares. Das empresas que o Instituto acolhe, apenas 20% não consegue dar continuidade ao projecto que gera por ano elevadas quantias. Neste sentido, o volume de negócios no ano de 2008 rondou os 50 milhões de euros, um valor considerável em conta que estamos a falar de cerca de trinta empresas que habitam o edifício e outras tantas incubadas virtualmente.³

A maioria destas empresas está ligada à área científica e tecnológica, no entanto existem cada vez mais empresas ligadas a outras áreas. A Nomadis é um desses casos já que presta serviços e desenvolve estudos de investigação no âmbito das Ciências

³ Estas afirmações foram retiradas do Jornal *Público* do dia 13 de Fevereiro de 2009.

Sociais e Humanas, principalmente ao nível das comunidades imigrantes em Portugal. Podemos distinguir três vertentes na área de actuação da Nomadis:

- Investigação & Desenvolvimento;
- Investigação & Desenvolvimento Tecnológico;
- Consultoria Socioeconómica.

A empresa pretende alcançar um interface entre a criação de conhecimento e a sua aplicação. Para esse efeito procura uma abordagem integrada que faça a ligação entre a investigação socioeconómica, a formação, a consultoria e a divulgação. Deste modo consegue produzir e processar conhecimentos relevantes e uma melhor compreensão das interligações e dos desenvolvimentos económicos e sociais. Assim se consegue uma maior aproximação entre as necessidades sociais e a sua aplicação potencial numa sociedade de informação.

Como é possível perceber pela área de actuação e pelos objectivos, esta empresa está direccionada para um público muito específico ligado à área académica, atraindo as Universidades, os centros de investigação, mas também Organizações Não Governamentais, empresas e empresários, e a Comissão Europeia. Mas para além destes potenciais “clientes” também interessa aos imigrantes, uma vez que são eles os principais visados dos projectos desenvolvidos.

Para alcançar os objectivos e satisfazer os seus potenciais clientes, os serviços desenvolvidos pela empresa são:

- Realização de estudos de investigação no âmbito das ciências sociais e humanas, bem como a assistência à elaboração de projectos de investigação em todas as áreas científicas e a respectiva gestão e análise de resultados (análise quantitativa e qualitativa);
- Realização de inquéritos e entrevistas, estudos de opinião e outras formas de recolha e tratamento de informação;
- Organização de eventos científicos;
- Prestação de serviços de consultoria;
- Edição e Investigação na área Socioeconómica;

- Desenvolvimento de sistemas e tecnologias multimédia, nomeadamente portais *on-line* para as comunidades específicas (por exemplo, para a comunidade imigrante);
- Realização de actualizações de software para a língua portuguesa;
- Formação em softwares de apoio à investigação quantitativa e qualitativa (SPSS, Nvivo8, entre outros).

Entre os diversos serviços oferecidos pela Nomadis, e dada a minha formação, o meu possível contributo está mais ligado a serviços como estudos de investigação, elaboração de projectos de investigação, gestão e análise de resultados, realização de inquéritos, entrevistas, estudos de opinião e ainda organização de eventos científicos. No entanto, a minha tarefa na empresa ficou centrada na construção de conteúdos ligados aos imigrantes residentes em Portugal.

1.2-Inserção

Logo no primeiro contacto com os responsáveis da empresa Nomadis foi definida a tarefa que iria desempenhar ao longo do estágio. A tarefa tinha de ser benéfica tanto para o estagiário como para a empresa, de modo as duas partes poderem rentabilizar esta experiência. Ambos acordaram que a opção mais correcta passava pela elaboração de uma base de dados sobre os imigrantes residentes em Portugal, na qual se encontraria toda a informação disponível sobre esta matéria nos últimos anos.⁴

Para mim, esta tarefa permitiu aprofundar o conhecimento em matéria de imigração em Portugal, que até à altura estava baseado nas notícias que chegavam através dos meios de comunicação não reflectindo a realidade. Consegui assim ter uma ideia mais correcta em relação ao número de imigrantes existentes em Portugal, os principais países de origem dos imigrantes, a história da imigração ao longo dos anos até à situação actual, e ainda a diversidade de temas ligados à imigração e questões principalmente debatidas.

⁴A maioria da informação que irá constar é relativa aos últimos dez anos.

Para a empresa, esta minha vinda possibilitou a realização de algo muito ambicionado pelos responsáveis da empresa mas até então não produzido. O meu trabalho possibilitou aos trabalhadores da entidade de acolhimento um fácil e rápido acesso a uma grande parte da informação publicada nos últimos anos mas, apesar dos esforços, é quase impossível conseguir toda a informação existente sobre imigração em Portugal. Deste modo, para futuros projectos a realizar pela empresa, não será mais necessário pesquisar informação sobre imigração pois a base de dados disponibilizará toda a informação desejada. Como os próprios responsáveis da Nomadis alegam, face ao volume de dados produzidos por inúmeras instituições anualmente, é importante, para temáticas específicas como as migrações, a disponibilização de informação actualizada numa base de dados. A base de dados possibilita ainda identificar a maioria dos subtemas ligados à imigração e perceber o que já se sabe sobre essa questão e o que ainda falta explorar. No fundo, abrir horizontes para possíveis projectos futuros a realizar pela Nomadis.

O trabalho ainda será benéfico para os imigrantes ou outros indivíduos interessados pela temática da imigração uma vez que a empresa pretende disponibilizar num futuro próximo a base de dados on-line.

1.3-Objecto de estudo

O grande interesse da empresa Nomadis é o estudo da população imigrante residente em Portugal e por isso o meu estágio também se centra neste tema. Por essa razão um dos primeiros passos elaborados durante o estágio consistiu na familiarização com esta temática através da recolha de informação.

Em primeiro lugar, é necessário referir que a imigração em Portugal é um fenómeno que se pode considerar recente já que até aos anos 70 a população estrangeira em Portugal era quase nula, pois representava menos de 1% do total da população residente em território nacional. No entanto, este fenómeno acaba por sofrer algumas mudanças com o 25 de Abril de 1974 e a lei da nacionalidade de 24 de Julho 1975. Com esta nova lei, um grande número de nacionais portugueses, cerca de meio milhão, regressam a Portugal (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Nesta fase surge, pela primeira vez, o nome de Portugal como país de acolhimento devido à entrada de imigrantes, sobretudo vindos das colónias administradas por Portugal. A maioria era constituída por portugueses com ancestralidade africana radicados nas ex-colónias que perderam a nacionalidade portuguesa e passaram a ser vistos como imigrantes por estarem ausentes do país durante um longo período de tempo (Santos, 2007).

Desta forma surgem as primeiras comunidades imigrantes com alguma importância numérica. Estes imigrantes cresceram nos anos seguintes através da reunificação das famílias e da formação de novas famílias (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Nas décadas de 80 e 90 surgem imigrantes oriundos de países lusófonos atraídos pelo grande crescimento que Portugal atravessava devido à entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE), em Janeiro de 1986, e conjuntamente com avultados fundos estruturais comunitários. Este dinheiro permitiu ao nosso país melhores infra-estruturas, tais como as redes rodoviárias e ferroviárias, a reabilitação dos edifícios mais degradados, e os equipamentos públicos, criando um elevado número de postos de trabalho que atraiu muita população imigrante, como mão-de-obra com fracas qualificações escolares (Trindade, 2003).

De facto, a procura de operários na construção civil e obras públicas atraiu novos imigrantes pouco qualificados vindos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Entre 1995 e 2003, esta área registou um grande crescimento devido ao lançamento de projectos de grandes dimensões, como a expo'98, a ponte Vasco da Gama, o Metro do Porto e ainda os estádios para o Euro 2004 (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Mas este não foi o único sector procurado pelos imigrantes já que o terceiro sector também registou um crescimento económico. No entanto, os imigrantes que ficavam atraídos por este sectores possuíam altas qualificações e tinham como país de origem a Europa Ocidental e o Brasil (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Apesar de já se falar de Portugal como país acolhedor de mão-de-obra estrangeira, até à viragem do milénio os imigrantes em Portugal continuavam a não ter uma grande representatividade e caracterizavam-se por dois segmentos principais. Por um lado, encontramos imigrantes provenientes essencialmente dos PALOP, concentrados na Área Metropolitana de Lisboa (AML), no sector da construção civil e obras públicas, serviços pessoais e domésticos, e actividades pouco qualificadas. Por outro lado, encontramos imigrantes oriundos da Europa e do Brasil, espalhados por todo o país e sobretudo localizados no sector terciário, com actividades altamente qualificadas. Existe ainda um outro grupo de imigrantes pouco significativo, em crescimento, sobretudo composto por imigrantes de origem chinesa e paquistanesa (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Foi sobretudo no período compreendido entre o ano 2001 e 2002 que surge um novo tipo de imigrante com grande impacto na população ao duplicar o peso de estrangeiros residentes, ultrapassando os 4% da população total portuguesa (Trindade, 2003). Esta repentina imigração em massa de imigrantes provenientes de países de Leste Europeu como Ucrânia, Roménia, Moldávia e Rússia é difícil de compreender uma vez que não existiu nenhuma política pró-activa de recrutamento e não existiam laços históricos, culturais ou económicos privilegiados que possam explicar o fenómeno (Baganha, Marques e Góis, 2009).

A procura de explicação levou muitos investigadores, entre eles os responsáveis da Nomadis, a estudar esta questão na procura das causas que explicam a súbita imigração massiva da população oriunda dos países de Leste. As diversas investigações realizadas permitiram desvendar factores, como a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia; a velocidade e facilidade de movimentos dentro do espaço Schengen; e o tráfico de seres humanos organizados a partir da Europa de Leste sob disfarce das denominadas “agências de viagem”. Outros factores que podem explicar este súbito interesse de populações do Leste Europeu por Portugal estão no desmantelamento da União Soviética, na transição para uma economia de mercado, e para sistemas de governação democráticos (Baganha, Marques e Góis, 2009).

As investigações levadas a cabo permitiram ainda concluir que a escolha de Portugal como destino teve como ponto de partida a promoção do país pelas “agências de viagens” que ofereciam pacotes de viagem, documentos, transporte, promessa de trabalho e salários superiores aos dos países de origem (Baganha, Marques e Góis, 2009).

2-Construção da Base de dados

Depois de uma análise documental para me familiarizar com o tema da imigração, iniciei a construção da base de dados em articulação com outro estagiário que a Nomadis integra. Para tal, recorreremos ao Access 2007, uma das ferramentas do Office 2007. A ajuda do meu colega centrou-se na construção dos diversos campos da base de dados tendo o seu preenchimento sido realizado exclusivamente por mim.

Além de predominante em termos internacionais, esta ferramenta tem ainda como vantagem permitir incorporar uma grande variedade de bibliografia para a ajuda na utilização deste programa. Para esta base de dados, denominada *Migrantia*, optou-se pelo modelo relacional de bases de dados. Tal modelo detém inúmeras vantagens, desde logo porque se baseia num conjunto de relações apropriadamente estruturadas e normalizadas, interligadas através de atributos comuns (Carvalho et al, 2008). O nome *Nomadis* provém do latim e significa nómadas. Foi com este pensamento que foi escolhido o nome *Migrantia* para a base de dados que, apesar de esta palavra não existir, proporciona um vínculo com o latim e ganha uma ligação com o nome da empresa.

O primeiro passo para a construção da base de dados constou da realização do seu desenho lógico. Através de tal diagrama, definiram-se quais as entidades e os atributos utilizados na base de dados. Seguidamente, elaborou-se uma lista de campos que julgamos necessários em cada tabela, assim como o tipo de dados para cada campo (ex: título, autor, hyperlink, etc.). O passo seguinte constou em testar se o desenho lógico utilizado respeitava as três formas normais, uma normalização requerida para que uma base de dados seja funcional. A primeira forma normal descreve uma relação na qual os atributos chaves estão definidos, não existem grupos repetitivos, e todos os atributos dependem da chave primária. Já a segunda forma normal baseia-se no conceito de dependência parcial e a terceira forma no conceito de dependência transitiva (Carvalho et al, 2008).

Em seguida, começou-se a implementação da base no programa. Tal implicou a criação de todas as tabelas necessárias e ainda a definição das ligações entre as diferentes tabelas. Depois, seguiu-se a fase de introdução dos dados. Ao longo deste

último processo foram efectuadas actualizações no desenho lógico em função das necessidades que foram surgindo. Isso implicou, por exemplo acrescentar novas tabelas, adicionar campos, actualizar ligações ou até redefinir atributos de alguns campos.

2.1-Referências

Uma das várias tabelas integradas na base de dados tem por nome *Referências*⁵ e nela encontramos a bibliografia sobre imigração em Portugal recolhida ao longo do estágio, e que foi sendo actualizada com a entrada de mais obras. Esta bibliografia engloba os trabalhos, as teses, as principais notícias, entre outras publicadas nos últimos anos.⁶ Nesta tabela, cada linha corresponde a uma obra e essa linha possui diversos campos com informação sobre a respectiva obra. Num dos campos que compõe esta tabela encontramos o título da obra e logo em seguida o nome do(s) autor(es) que realizaram a mesma. A informação sobre as obras pretende ser a mais completa possível para que os futuros interessados possam, de uma forma rápida, chegar às obras que mais lhes convêm. Para permitir essa selecção todas as obras têm informação sobre o ano de publicação e o tipo de formato (livro, tese, artigo em revista científica, etc.). Ainda existe um campo com as palavras-chave do texto para os futuros utilizadores da base de dados terem uma melhor noção da especificidade de cada obra. Estes campos permitem assim seleccionar as obras que mais interessam a cada futuro utilizador. Para depois aceder à obra pretendida, deve consultar o campo dedicado aos anexos no qual encontra a obra anexada ou a página da Internet (URL) com a referência ao local onde se encontra disponível. Para auxiliar esta tabela, existem mais três tabelas: a de *autores*, onde constam os nomes de todos os autores referenciados na tabela *referência*; a de *ano de publicação*, onde estão listados os anos de publicação de todas as obras referenciadas; e a de *formato*, onde estão explícitos todos os formatos das obras disponíveis na base de dados. Ao proceder a uma busca, o utilizador só terá de preencher um dos campos, como o título por exemplo, e a base de dados vai apresentar uma lista de obras registadas com a informação introduzida. No caso dos outros campos, como o autor, o formato ou o ano de publicação, temos a possibilidade de escolher a opção que desejamos, já que aparece na lista do que se

⁵ Ver anexo I.I.

⁶ A quase totalidade das obras vai desde 1998 até 2010.

encontra na base de dados. Desta forma, torna-se mais fácil pesquisar e encontrar a obra que se pretende encontrar.

Desta tabela podemos retirar algumas conclusões sobre as temáticas mais abordadas. Estes resultados serão apresentados no capítulo 4. No entanto, existe outras informações interessantes de realçar como o tipo de publicações mais frequentes. Os livros, as teses e os artigos de revista científica são os mais frequentes e a sua publicação está na maioria das vezes a cargo do ACIDI, ACIME, CES, SEF, Centro de Investigações e Estudos em Sociologia (CIES), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Universidade Aberta, e Universidade de Coimbra.

2.2-Entidades Nacionais

A base de dados é composta por outra tabela designada *Entidades Nacionais*⁷ constituída por todas as entidades ligadas à imigração. De entre elas, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o SEF e o ACIDI são as instituições de referência nas quais me apoiei na procura de informação para preencher diversos campos da base de dados. Na tabela encontramos informação sobre as entidades como a morada, o número de telefone, o número do fax, o e-mail, o site (url), etc. Esta informação é importante para os futuros utilizadores que queiram saber informações ou tirar dúvidas. Com estes dados, sabem onde se dirigir para resolver os seus problemas. Se o utilizador procurar uma entidade que lhe disponibiliza mais dados estatísticos sobre os imigrantes residentes em Portugal (como acontece muitas vezes no caso da Nomadis), deve consultar o SEF ou o INE, entidades que estão mais ligados ao tema. Se a dúvida estiver mais ligada à questão jurídica, deve consultar o ACIDI e, por outro lado, se estiver perante uma questão racial deve contactar entidades como o SOS Racismo. Para que a pesquisa seja simplificada, há uma tabela auxiliar de códigos postais para que o utilizador encontre a associação que lhe convém e que esteja mais próximo dele.

2.3-Entidades Internacionais

A tabela *Entidades Internacionais*⁸ assemelha-se à tabela anterior, fornecendo dados sobre a localização das entidades (País, Cidade, Rua, Código Postal, telefone, e-mail) para um possível contacto no caso de não ser possível resolver o problema através das entidades nacionais.

⁷ Ver anexo I.2.

⁸ Ver anexo I.3.

Para conseguir encontrar esta variedade de entidades, o site do ACIDI constitui-se com a referência de partida. Este detém uma lista de contactos muito diversificados. Uma das minhas tarefas consistiu em percorrer os sites das entidades que fui encontrando a partir das hiperligações que cada site novo tinha, e assim sucessivamente. Desta forma, foi possível descobrir outras entidades e os seus respectivos contactos para poder preencher os diversos campos da base de dados.

Para conseguir o código dos países estrangeiros recorreu-se ao site www.iso.org/iso/home.htm, e no que toca aos indicativos, foram conseguidos através do site www.itu.int/en/pages/default.aspx. No primeiro caso trata-se da *Internacional Organization for Standardization* e no segundo o site pertence à *Internacional Telecommunication Union*. Através destes dois sites, construiu-se também uma lista (a tabela auxiliar *país*) com os países existentes no mundo.

2.4-País

Esta tabela denominada *País*⁹ é auxiliar à precedente (*Entidades Internacionais*) e consiste numa lista completa dos países existentes no mundo actual e o seu código. No entanto, disponibiliza informação nova já que os dados expostos mostram o número total de imigrantes provenientes do país indicado e a sua distribuição por cada distrito. Estes dados vão do ano 2000 até ao ano 2008 mas este último é o único onde encontramos o número total de imigrantes dividido por sexo em cada distrito do país. Apesar dos dados estarem disponíveis na tabela *Estatísticas*, foi construída esta nova tabela com estes dados anexados em pdf. O motivo da construção deste novo ficheiro deveu-se ao facto dos dados do SEF terem os países todos agrupados na mesma tabela, o que torna difícil a recolha de informação de um país específico. Além disso, a informação disponibilizada pelo SEF está reunida por ano numa só tabela para os países todos, o que torna difícil a análise da evolução de um só país porque torna-se necessário procurar em todas as tabelas pelo país em análise. Para simplificar a análise, foram agrupados apenas os dados do país indicado na mesma linha num ficheiro anexado. Assim, rapidamente se conseguem encontrar os dados entre 2000 e 2008 do país que procura.

⁹ Ver anexo I.4.

Contudo, os dados apresentados entre 2001 e 2005 não nos fornecem uma visão completa da realidade por não incluírem os detentores de prorrogações de autorização de permanência nem os portadores de prorrogações de permanência de longa duração. Para ter uma visão correcta destes anos, é necessário contabilizar os detentores de prorrogações fornecidos em anexo na tabela *Estatísticas* que se encontra também na base de dados. A razão desta lacuna deve-se ao facto de, só no ano de 2006, o SEF ter começado a contabilizar estes dados na mesma tabela da população estrangeira residente em Portugal. A importância da contabilização destes dados, para ter uma visão mais próxima da realidade, deve-se às grandes alterações introduzidas pelo processo de regularização extraordinário de estrangeiros realizado no ano 2001. Este processo permitiu a entrada no nosso país de muitos imigrantes provenientes de novas paragens. Estes novos imigrantes são provenientes principalmente de países do Leste Europeu e da China. Por isso, estes casos apresentam uma grande discrepância face aos dados apresentados entre 2000 e 2008.

A recolha e divisão dos dados por país e distritos foram elaboradas a pedido da Nomadis para simplificar o estudo às comunidades específicas. Desta forma, torna-se mais fácil elaborar os seus projectos de investigação, sobretudo os que têm incidência num só distrito.

Após a construção e preenchimento desta tabela foi possível retirar algumas conclusões como a existência em Portugal de residentes estrangeiros originários de 177 países diferentes em 2008. Agrupando estes países por continente verifica-se que 43 se localizam na Europa, 52 na África, 34 na América, 43 na Ásia e 5 na Oceânia. Ainda de realçar que do continente europeu regista-se 167786 imigrantes, dos quais 92298 são homens e 75488 mulheres, enquanto do continente africano provêm 127476 imigrantes divididos entre 66511 homens e 60965 mulheres. Por seu lado, vindos do continente americano registam-se 116071 indivíduos, 53828 homens e 62243 mulheres e 28588 imigrantes residentes em Portugal originários do continente asiático entre os quais 17743 homens e 10845 mulheres. Por último, o continente oceânico também está representado em território nacional com 270 imigrantes originários dessa zona do globo, 127 homens e 143 mulheres.

Estes dados permitem rapidamente perceber que a maioria dos imigrantes residentes em Portugal provém essencialmente de três continentes: europeu, africano e americano.

2.5-Embaixadas e Consulados

Outra tabela presente na base de dados diz respeito às *Embaixadas e Consulados*¹⁰ existentes em Portugal. À semelhança das tabelas anteriores, os campos inseridos foram o nome do país que representam, a morada, o código postal, o número de telefone, o número do fax, o e-mail, o site (URL), entre outros.

A lista de embaixadas e consulados encontrada permite retirar algumas ilações interessantes, como o facto de apenas 7 países terem em Portugal uma embaixada e um consulado. Os restantes países têm apenas uma das duas entidades e, em todos os casos, encontram-se localizados em Lisboa. Quanto aos 7 países com embaixada e consulado em Portugal, verificamos que se trata de antigas colónias de Portugal (casos de Angola, Brasil e Guiné-Bissau,) ou países próximos de Portugal geograficamente (casos da Alemanha, Espanha, França e Grã-Bretanha). Para facilitar a pesquisa e saber mais facilmente a sua localização espacial, esta tabela está articulada com a tabela *Códigos Postais*.

Para conseguir a informação sobre as embaixadas e os consulados em Portugal bastou introduzir no motor de buscas Google as palavras ‘embaixadas em Portugal’. Um dos primeiros resultados é o site www.psicologia.com.pt, onde encontramos uma lista detalhada das embaixadas e consulados em Portugal e ainda a informação necessária para preencher os campos da base de dados.

2.6-Associações de Imigrantes

As *Associações de Imigrantes*¹¹ também têm uma tabela na qual encontramos diversos campos a começar pelo nome da associação, a morada, o código postal, o telefone, o fax, o e-mail, o site. Esta recolha das principais associações de imigrantes em Portugal mostra que a maioria das associações está ligada às antigas colónias portuguesas do continente africano. Os cabo-verdianos são os mais representados

¹⁰ Ver anexo I.5.

¹¹ Ver anexo I.6.

com 12 associações com ligação a este país. Em seguida encontramos 11 associações ligadas aos angolanos e 9 aos africanos no geral. Quanto aos imigrantes da Guiné, têm 8 associações ligadas a eles e os moçambicanos 5 associações. Em contrapartida, os imigrantes mais numerosos em Portugal como os brasileiros e os ucranianos têm apenas 3 e 2 associações respectivamente. Esta situação evidencia a importância do factor temporal na explicação do número de associações ligada a cada uma das comunidades de imigrantes. De facto, as migrações mais recentes, sobretudo a ucraniana e de outros países do Leste Europeu, têm menos associações ligadas a eles enquanto as comunidades originárias dos PALOP, dispõem de um grande número de associações, talvez devido ao seu enraizamento no país.

Para conseguir os dados das associações existentes, recorreremos ao site do ACIDI, onde podemos encontrar uma lista de associações ligadas à imigração, mas para reforçar esta lista, recorreremos também ao site das associações de imigrantes em Portugal através do www.aimigrantes.org.

Podemos reforçar que, nesta fase, o ACIDI foi a principal ajuda com o seu site www.acidi.gov.pt. Na elaboração da base de dados ainda foi necessário procurar todos os códigos postais existentes em Portugal e para isso recorreremos aos CTT que nos disponibilizaram a informação em formato digital também disponível em <http://codigopostal.ciberforma.pt/>. O pedido foi realizado porque na altura em que pesquisámos os dados, o site dos CTT não estava disponível. Os códigos postais estão reunidos numa tabela auxiliar, designada *Códigos Postais*.

2.7-Estatísticas

A estas diversas tabelas foi ainda acrescentado a tabela *Estatísticas*¹² onde encontramos os dados estatísticos fornecidos pelo SEF em <http://www.sef.pt/>. Um dos campos construídos diz respeito ao autor dos dados estatísticos. Neste campo, apesar de estar ligado à tabela auxiliar *autor*, encontramos sempre o SEF como autor porque, apesar de existir outras entidades que disponibilizam dados (como o INE por exemplo), estes são semelhantes aos do SEF. Existe ainda um campo com o título dos dados apresentados e outro com o ano de publicação. Este último está disponibilizado

¹² Ver anexo I.7.

na tabela *ano de publicação* para simplificar a tarefa do utilizador da base de dados. Encontramos ainda um campo com o “Hyperlink” do site do SEF onde foram retirados os dados, assim como um campo onde o ficheiro se encontra anexado (chamado Ficheiro Anexado).

2.8-Principais Grupos de Imigrantes

Por último, foi criada a tabela *Principais Grupos de Imigrantes*¹³ na qual encontramos um conjunto bem mais reduzido de países. Para ser mais específico, estou a falar de apenas oito países: Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Ucrânia, Moldávia, Roménia e China. Os sete primeiros países são considerados pelo SEF os mais representados em Portugal, já que agrupam 71% da população estrangeira com permanência regular em território nacional no ano de 2008 (SEF, 2008). A estes países acrescentei a China por também ter um número considerável de imigrantes residentes no território nacional.

O facto de estes imigrantes estarem em grande número na sociedade portuguesa desperta o interesse de muitos investigadores, entre eles os responsáveis da empresa Nomadis, que procuram compreender as razões da sua vinda para Portugal. Através dos estudos destes investigadores, foi possível realizar um pequeno texto com os principais factores que originaram a vinda destes imigrantes para Portugal. Este documento encontra-se em anexo no campo “Breve Historial” e serve para dar a conhecer, de forma sucinta, o percurso que levou estas diferentes comunidades a escolher Portugal como destino. Apesar de pequeno, o documento é bastante interessante já que expõe as características das migrações de cada tipo de comunidade, assim como as suas inúmeras divergências. Através desta breve história sobre cada uma destas oito principais comunidades em Portugal podemos, desde logo, retirar ilações sobre o espaço temporal que caracteriza a vinda para Portugal destes imigrantes e os factores explicativos para a sua fixação em território nacional.

A criação desta tabela deve-se à centralidade que estes 8 países têm no resto do trabalho. De facto, estas são as principais comunidades presentes em Portugal, mas também as que são alvo da maior parte dos estudos desenvolvidos na Nomadis e em

¹³ Ver anexo I.8.

Portugal sobre imigração. Por esta razão, estas comunidades ocupam um lugar de destaque no resto do trabalho e têm uma tabela especialmente criada para elas.

3-Principais grupos de imigrantes em Portugal

Este capítulo surge com a fusão das tabelas *Principais Grupos de Imigrantes e Estatísticas*. A tabela *Principais Grupos de Imigrantes* representa as principais comunidades imigrantes em Portugal e simultaneamente as principais comunidades estudadas pela empresa Nomadis, daí o seu destaque e sua análise em seguida. Já a tabela *Estatísticas* contém dados disponibilizados pelo SEF sobre estas e outras comunidades. A análise realizada neste capítulo advém da fusão entre estas duas tabelas e permite perceber melhor a evolução das principais comunidades imigrantes em Portugal na actualidade, apesar dos dados mais recentes serem de 2008. A análise dos dados deixa transparecer as diversas especificidades ligadas a cada uma das comunidades apresentadas em seguida, e objecto de estudo pela empresa Nomadis. Deste modo, ficamos a conhecer a realidade estudada pelos investigadores da empresa e algumas ilações que os próprios ajudaram a desvendar através do seu trabalho.

3.1-Evolução das principais comunidades de imigrantes residentes em Portugal

A **Tabela I** mostra a evolução de dois em dois anos entre os anos de 2000 e de 2008 das principais comunidades presentes em Portugal, sendo elas: Brasileira, Cabo-verdiana, Angolana, Guineense, Chinesa, Romena, Moldava, e Ucraniana. No ano de 2002 e 2004 os dados apresentados agrupam a população residente em território nacional e as autorizações de permanência concedidas a partir de 2001. A partir de 2006, o SEF passou a agrupar estes dados na mesma tabela e por isso não são mencionadas as autorizações de permanência.

	Ano 2000	Ano 2002 (incluindo as Autorizações de permanência concedidas entre 2001 a 2002)	Ano 2004 (incluindo as Autorizações de permanência concedidas entre 2001 a 2004)	Ano 2006	Ano 2008
Brasil	22202	60034	66681	68013	106961
Ucrânia	163	62448	66281	41530	52494
Cabo-Verde	47093	60163	63362	65515	51353
Angola	20416	32460	35079	33353	27619
Roménia	369	11068	12163	11431	27410
Guiné-Bissau	15941	23332	24834	23816	24390
Moldávia	15	12147	13695	14418	21147
China	3282	8401	9191	10167	13331

Tabela I – Evolução das principais comunidades de imigrantes residentes em Portugal

Fonte: SEF

Os imigrantes *brasileiros* residentes em Portugal são a comunidade mais expressiva com 106.961 indivíduos no ano de 2008. Mas o lugar que essa comunidade ocupa actualmente não é o mesmo que ocupava no ano 2000. Nessa altura o número de imigrantes brasileiros em território português estava avaliado em 22.202 indivíduos. Os dados apresentados revelam que as maiores diferenças ocorreram entre o ano de 2000 e 2002, ao passar de 22.202 para 60.034 indivíduos, e entre 2006 e 2008, ao passar de 68.013 para 106.961. Entre os anos de 2002/2004 e 2004/2006 a evolução teve um aumento mais moderado, mas sempre positiva, passando de 60.034 para 66.681 e de 66.681 para 68.013, respectivamente.

Os imigrantes *ucranianos* residentes em Portugal têm, por sua vez, a segunda maior comunidade de imigrantes já que no ano de 2008 foram contabilizados 52.494 imigrantes. Esta situação em nada se fazia prever no ano 2000 já que na altura apenas foram registados 163 imigrantes provenientes da Ucrânia a residir em Portugal. Esta “invasão” de imigrantes Ucraniana verificou-se num curto espaço de tempo já que entre o ano 2000 e o ano de 2002 o número de indivíduos com origem ucraniana passou de 163 para 62.448 tornando-se nesse ano a maior comunidade em Portugal. No ano de 2004, o aumento ocorrido foi mais ligeiro ao registar 66.281. Já entre o ano 2004 e o ano 2006 o número de imigrantes ucranianos baixou para 41.530 indivíduos mas voltou a subir no ano 2008 ao passar para 52.494 indivíduos.

No que diz respeito aos *cabo-verdianos* constatamos que, no ano 2000, existiam 47.093 indivíduos contra 51.353 em 2008. No entanto, essa evolução não foi linear uma vez que nos anos de 2002/2004/2006 o número de imigrantes com essa origem foi de 60.163, 63.362 e 65.515, respectivamente. Apesar desta evolução, no ano de 2008 o número de imigrantes cabo-verdianos diminuiu para 51.353.

Quanto aos imigrantes *angolanos* residentes em Portugal no ano de 2008, encontramos 27.619 imigrantes contra os 20.416 sinalizados no ano 2000. Entre os anos de 2002 e 2004 o número de imigrantes passou de 32.460 para 35.079. Mas em 2006 a evolução deixou de ser positiva já que o número de imigrantes oriundos de Angola passou para 33.353 indivíduos. Esta queda foi ainda mais acentuada no ano de 2008 já que esse número baixou para os 27.619.

Os imigrantes *romenos* são outra comunidade com grande expressão no nosso país, contando com 27.410 imigrantes no ano de 2008. Podemos concluir que esta imigração tem evoluído muito já que no ano de 2000 apenas estão assinalados 369 imigrantes. No ano de 2002, o número de imigrantes romenos já tinha passado para 11.068. Já no ano de 2004 este registo sofreu poucas alterações passando para 12.163 e em 2006 diminuiu ligeiramente para 11.431. Quanto ao ano de 2008, o número voltou a sofrer um grande aumento já que se fixou nos 27.410 indivíduos.

Os *guineenses* também têm uma grande representação no nosso país já que foram identificados 24.390 imigrantes residentes em Portugal no ano de 2008. No ano de 2000 já se registava no país 15.941 imigrantes Guineenses. Também neste caso existe uma diferença com algum significado entre 2000 e 2002 já que neste último o número de imigrantes guineenses passou para 23.332. Já nos restantes anos as diferenças foram mínimas, com 24.834 em 2004, 23.816 em 2006 e 24.390 em 2008.

A comunidade *moldava* residente no nosso país é de 21.147 indivíduos no ano de 2008 enquanto no ano de 2000, apenas 15 imigrantes eram detectados. Como acontece nos outros países de Leste apresentados as grandes diferenças entre os anos 2000/2002 e o ano 2008 não é excepção. Os 15 indivíduos de nacionalidade Moldava sinalizados em 2000 passaram a 12.147 em 2002. Nos anos seguintes a evolução continuou positiva mas com muito menor impacto já que em 2004 registavam-se 13.695 e em 2006 14.418 indivíduos com essa nacionalidade. Em 2008, o impacto voltou a ter grande importância já que o número passou para 21.147 indivíduos.

Apesar de ter menor proporção, a imigração *chinesa* também apresenta uma expressão considerável no território nacional. O número de imigrantes em 2008 é de 13.331 e corresponde a uma grande evolução em relação ao ano 2000 onde apenas se detectou 3.282 imigrantes chineses. O maior impacto ocorreu entre 2000 e 2002, como acontece em diversos outros casos, registando-se 8.401 indivíduos de origem chinesa. Nos restantes anos a evolução teve uma subida gradual e sem oscilações relevantes: 9.191 indivíduos em 2004, 10.167 indivíduos em 2006 e 13.331 indivíduos em 2008.

A **Tabela I** situa a evolução das principais comunidades de imigrantes desde o ano 2000 até ao ano de 2008. Através dela é possível verificar que entre o ano de 2000 e 2002 todas as comunidades registaram um crescimento. Esta primeira constatação é fácil de explicar e advém do facto de, entre 2001 e 2003, ter ocorrido um processo extraordinário de legalização de clandestinos em Portugal. Para além de ter legalizado os imigrantes residentes clandestinamente em Portugal também incentivou a entrada de mais imigrantes na procura de legalização. As comunidades de imigrantes originárias de países africanos têm características semelhantes ao longo da análise. Uma delas é o facto de não terem registado grande aumento com o processo de legalização extraordinário. A razão deste fenómeno é explicada pela antiga permanência destes imigrantes em terras lusas. O que quero dizer é que a imigração proveniente de antigas colónias portuguesas não é um fenómeno novo como afirma Pedro Góis na sua obra *Emigração cabo-verdiana para e na Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão* (2006), logo, estes imigrantes já se legalizaram através de processos de legalização extraordinários anteriores. Outro fenómeno interessante está na considerável diminuição de imigrantes originários de Angola e Cabo-Verde entre 2006 e 2008. Esta situação pode estar associada à diminuição da procura de mão-de-obra na construção civil e obras públicas. Com o fim das grandes obras como a expo 98 e o euro 2004, muitas empresas de construção civil tiveram de dispensar trabalhadores que na sua maioria são estrangeiros. Muitos destes trabalhadores dispensados devem ter optado numa nova imigração para países com falta de mão-de-obra barata e desqualificada. O processo de legalização extraordinário, e a procura de mão-de-obra desqualificada e barata atraiu muitos brasileiros para Portugal entre 2001 e 2002. O mesmo aconteceu com os imigrantes provenientes do Leste Europeu, que apesar de terem qualificações acima dos portugueses vieram ocupar os trabalhos mais desqualificados como a maioria dos brasileiros e africanos. Um dado surpreendente é o facto de entre 2006 e 2008 existir outro grande aumento de imigrantes, não só brasileiros como ucranianos, romenos e moldavos. O trabalho de Maria Lucinda Fonseca et. al. (2005) apresenta uma possível explicação que reside no facto de muitos destes imigrantes terem vindo inicialmente para Portugal sozinhos e tinham em mente ficar alguns anos e voltar para o país de origem. No entanto, alguns resolveram instalarem-se definitivamente em Portugal e trouxeram a sua família para junto deles. A vinda do resto da família para Portugal pode estar na origem deste

súbito aumento quando a tendência deveria ser de decréscimo. Quanto aos chineses residentes em Portugal a sua situação tem características próprias e diferentes das restantes imigrações. Os chineses residentes em território nacional não vêm para serem mão-de-obra barata mas sim para abrir os seus comércios ou restaurantes. Esta comunidade de imigrantes tem aumentado cada vez mais devido à grande adesão dos portugueses aos produtos disponibilizados pelos chineses nas suas lojas e nos seus restaurantes. Outra característica bem patente nesta comunidade é que não viajam para Portugal individualmente, pelo contrário, todos os elementos da família viajam e ajudam na construção e na manutenção do negócio (Matias, 2007).

3.2-Os Principais grupos de imigrantes residentes em Portugal por sexo

Na **Tabela 2**, apresentam-se os mesmos dados mas segundo uma repartição por sexo. Pelo facto de não existir divisão entre homens e mulheres nas autorizações de permanência dos anos de 2002 e 2004 optou-se por apresentar apenas os dados dos anos de 2006 e 2008. Analisando a diferença entre homens e mulheres nos anos de 2006 e 2008, verificamos que em algumas comunidades os homens estão em maioria em relação às mulheres, enquanto noutras comunidades o contrario se verifica com um maior número de mulheres em relação aos homens.

	2006					2008				
	Masc	Fem	Total	Masc %	Fem%	Masc	Fem	Total	Masc %	Fem%
Brasil	33189	34824	68013	48,8%	51,2%	49467	57494	106961	46,2%	53,8%
Ucrânia	25716	15814	41530	61,9%	38,1%	30070	22424	52494	57,3%	42,7%
Cabo-Verde	35916	29599	65515	54,8%	45,2%	24618	26735	51353	47,9%	52,1%
Angola	17878	15475	33353	53,6%	46,4%	13703	13916	27619	49,6%	50,4%
Roménia	6677	4754	11431	58,4%	41,6%	15811	11599	27410	57,7%	42,3%
Guiné-Bissau	15719	8097	23816	66,0%	34,0%	14928	9462	24390	61,2%	38,8%
Moldávia	9147	5271	14418	63,4%	36,6%	12166	8981	21147	57,5%	42,5%
China	5815	4352	10167	57,2%	42,8%	7101	6230	13331	53,3%	46,7%

Tabela 2 – Os principais grupos imigrantes residentes em Portugal por sexo

Fonte: SEF

No caso dos *brasileiros*, tanto no ano de 2006 como no ano de 2008 as mulheres estão em maioria, mas em 2006 a diferença é mínima: 33.189 para os homens e 34.824 para as mulheres (48.8% e 51.2%, respectivamente). No entanto, o ano de 2008 veio dilatar esta diferença já que os homens passaram a ser 49.467 e as mulheres 57.494 (46.2% e 53.8%, respectivamente).

Entre os *ucranianos*, os indivíduos do sexo masculino estão em maior número, tanto no ano de 2006 com 25.710 contra 15.814 indivíduos do sexo feminino (61.9% e 38.1%, respectivamente), tal como no ano de 2008, apesar da diferença entre os dois sexos ser menor: 30.070 para os homens e 22.424 para as mulheres (57.3% e 42.7%, respectivamente).

Entre os *cabo-verdianos* o número de homens é maior que o número de mulheres no ano de 2006 com 35.916 contra 29.599 (54.8% e 45.2%, respectivamente). Mas no ano 2008, as mulheres passam a ser mais numerosas que os homens já que registam 26.735 indivíduos contra “apenas” 24.618 homens com origem cabo-verdiana (52.1% e 47.9%, respectivamente).

Quanto aos *angolanos*, a diferença entre homens e mulheres não é significativa já que em 2006 os homens contam com 17.878 indivíduos enquanto as mulheres 15.475 (53.6% e 46.4%, respectivamente). Mas no ano 2008, as mulheres passam a estar em maioria entre os imigrantes cabo-verdianos apesar de a diferença ser uma vez quase insignificante. Nesse ano as mulheres registam 13.916 e os homens 13.703 (50.4% e 49.6%, respectivamente).

À semelhança do que acontece com os *ucranianos*, os *romenos* também estão compostos por mais homens do que mulheres. No ano de 2006, contavam-se 6.677 homens contra 4.754 mulheres (58.4% e 41.6%, respectivamente), enquanto no ano de 2008 os homens passaram a ser 15.811 e as mulheres 11.599 (57.7% e 42.3%, respectivamente).

Os *guineenses* também têm mais homens do que mulheres já que no ano de 2006 verificam-se 15.719 indivíduos do sexo masculino e 8.097 do sexo feminino (66% e 34%, respectivamente). Já no ano de 2008, a diferença passou a ser de 14.928 para os homens e 9.462 para as mulheres (61.2% e 38.8%, respectivamente).

Os *moldavos* apresentam as mesmas características dos restantes países de leste ao apresentar maior número de homens que de mulheres. Em 2006, os indivíduos masculinos com esta nacionalidade são compostos por 9.147 e os femininos 5.271

(63.4% e 36.6%, respectivamente). Já no ano 2008, os homens passam a ser 12.166 e as mulheres 8.981 (57.5% e 42.5% respectivamente).

Por último, os *chineses* são outro caso de comunidade em que a diferença entre homens e mulheres é muito reduzida já que no ano de 2006 os homens eram 5.815 em território português e as mulheres 4.352 (57.2% e 42.8%, respectivamente). No ano 2008, os indivíduos de sexo masculino continuam a ser mais com 7.101 mas com pouca diferença para as mulheres que têm registados 6.230 (53.3% e 46.7%, respectivamente).

Nesta tabela observamos os dados relativos ao sexo dos imigrantes de cada uma das comunidades analisadas. O maior fenómeno constatado com estes dados é o aumento do número de mulheres imigrantes em todas as comunidades entre o ano de 2006 e 2008. Em alguns casos, as mulheres já estão em maioria como no caso do Brasil, Angola e Cabo-Verde. A explicação para este fenómeno pode ter origem num ou em vários factores conjugados. Como refere a obra de Joana Miranda sobre “Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida” (2009), a entrada da mulher no mercado de trabalho pode ter consequências na imigração por não existir nos seus países de origem um mercado de trabalho capaz de absorver a grande oferta de mão-de-obra feminina. Para muitas mulheres a solução pode passar pela imigração. Outro aspecto já referido e que pode estar na origem do elevado número de mulheres imigrantes está na reunificação destas mulheres junto dos seus maridos que já permaneciam no país de acolhimento (Fonseca, Maria Lucinda et. al., 2005). Um último factor explicativo da feminização da imigração pode também estar relacionado com a elevada taxa de mortalidade no trabalho dos homens imigrantes. Esta elevada mortalidade deve-se às profissões de risco que estes trabalhadores desempenham ao longo da sua estadia em Portugal no sector da construção civil e obras públicas (Baganha; Marques e Góis, 2009).

3.3-Os Principais grupos imigrantes residentes em Portugal por distrito

As **Tabelas 3 e 4** em baixo apresentam a indicação do número de imigrantes a residir no país por distrito. Os dados apresentados dizem respeito aos anos de 2006 e 2008 como sucede com os dados referentes ao sexo dos imigrantes. O facto de não

apresentar dados desde 2000, como acontece na primeira análise, não se deve à falta de indicadores sobre o número de imigrantes em Portugal por distrito nesses anos, mas sim ao facto de serem escassos os imigrantes nesse ano, (caso dos países de Leste) o que enviesaria a análise.

População estrangeira residente em Portugal no ano de 2006 dividida por distrito																					
	Total Nacional	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu	Madeira	Açores
Brasil	68013	3712	504	2190	281	504	1983	746	6272	406	2218	27866	519	7167	2319	7216	665	467	1054	1138	786
Ucrânia	41530	3148	624	1276	191	629	1206	823	8132	412	4499	7654	302	3711	3586	2332	357	396	810	1053	389
Cabo-Verde	65515	365	127	295	71	223	940	252	4175	104	590	41310	146	1889	343	13583	53	69	210	74	696
Angola	33353	585	28	446	76	74	678	88	1248	73	304	21895	82	1525	345	5397	100	90	182	67	70
Roménia	11431	254	166	176	34	129	212	261	2923	54	222	3997	312	283	606	1283	70	62	77	274	36
Guiné-Bissau	23816	608	32	163	20	20	487	41	2941	7	92	15824	16	476	110	2508	30	32	34	264	111
Moldávia	14418	413	203	120	92	49	177	300	4401	48	669	3379	229	479	1218	2017	68	27	159	279	91
China	10167	557	76	273	97	87	308	111	942	80	230	4254	52	1571	270	785	97	79	125	113	60

Tabela 3 – Os principais grupos imigrantes residentes em Portugal por distrito (ano 2006)

Fonte: SEF

População estrangeira residente em Portugal no ano de 2008 dividida por distrito																					
	Total Nacional	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu	Madeira	Açores
Brasil	106961	3420	1187	2605	435	684	2686	1297	11982	357	4033	43774	665	8276	7986	12928	839	482	1154	1255	916
Ucrânia	52494	3147	676	1951	201	606	1540	778	10558	463	5340	11061	301	3854	6125	3249	395	344	873	736	296
Cabo-Verde	51353	306	217	415	78	253	756	157	3579	157	574	31916	77	1360	338	9855	138	109	366	112	590
Angola	27619	430	45	322	54	82	583	64	1041	55	266	17921	41	1237	423	4673	47	44	166	63	62
Roménia	27410	427	713	812	111	228	491	449	7245	73	480	10168	419	454	1365	3117	104	119	195	377	63
Guiné-Bissau	24390	426	45	190	17	31	358	42	1683	24	87	17761	8	484	192	2708	14	14	34	207	65
Moldávia	21147	479	308	186	110	66	236	358	6681	54	767	4962	349	578	2519	2991	63	23	174	200	43
China	13331	574	124	493	144	119	389	202	1272	108	428	4795	112	1740	827	1140	138	140	259	181	146

Tabela 4 – Os principais grupos imigrantes residentes em Portugal por distrito (ano 2008)

Fonte: SEF

Dos 68.013 indivíduos de nacionalidade *brasileira* residentes em território português no ano de 2006, a tabela mostra que os distritos onde existe maior número de indivíduos com esta nacionalidade são Lisboa (27.866), Setúbal (7.216) e Porto (7.167). De referir que só estes distritos representam cerca de 62.1% do total de imigrantes brasileiros em Portugal. Em contrapartida, o distrito de Bragança regista o menor número de indivíduos desta nacionalidade com 281 imigrantes (0.4%). No ano de 2008, os distritos de Lisboa (43.774) e Setúbal (12.928) continuam a ser os distritos

mais procurados mas Faro aparece agora em terceiro lugar com 11.982 indivíduos. Estes três distritos representam 64,2% do total de imigrantes residentes em Portugal. Já o distrito da Guarda passa a ser o menos povoado pelos imigrantes com nacionalidade brasileira (357).

No que diz respeito aos *ucranianos*, os distritos de Faro (8.132), Lisboa (7.654) e Leiria (4.499) acolhem o maior número no ano de 2006. Estes três distritos conseguem agrupar à volta de 48,8% do total de imigrantes desta nacionalidade. Já o distrito menos povoado por eles é Bragança com 191 indivíduos. No ano 2008, Lisboa passa a ter o maior número de Ucrânicos com 11.061, seguido de Faro (10.558) e em terceiro aparece agora o distrito de Santarém (6.125). Juntos estes três distritos representam aproximadamente 52,9% do total de Ucrânicos residentes em Portugal. Nesse ano, o distrito de Bragança continua a ser o que regista menos imigrantes ucranianos apesar de o número ter subido ligeiramente para 201 indivíduos.

Os *cabo-verdianos* residentes em Portugal no ano 2006 (65.515) estão maioritariamente localizados no distrito de Lisboa (41.310), com grande diferença em relação aos restantes distritos já que este distrito agrupa 63,1% do total de imigrantes com nacionalidade cabo-verdiana residente em Portugal. Para comprovar esta afirmação basta referir que o segundo e o terceiro distrito com maior número de imigrantes cabo-verdianos registam 13.583 (Setúbal) e 4.175 (Faro) imigrantes. Já o distrito com menos indivíduos de origem cabo-verdiana é Viana do Castelo com apenas 53. Em 2008, esta situação não sofreu grandes diferenças, já que dos 51.353 imigrantes residentes no país, 31.916 se encontram a morar no distrito de Lisboa (62,2%). Também continuam a ser os distritos de Setúbal (9.855) e Faro (3.579) os segundo e terceiro distritos preferidos pelos imigrantes cabo-verdianos. Quanto ao distrito menos escolhido por estes indivíduos passa a ser Portalegre com 77 residentes.

A localização dos *angolanos* em território português é convergente com a dos cabo-verdianos visto que, no ano de 2006, cerca de 65,6% dos angolanos residentes em Portugal residem no distrito de Lisboa o que corresponde a 21.895 dos 33.353 existentes em todo o território nacional. O segundo distrito mais escolhido pelos

angolanos é Setúbal (5.397) e em terceiro aparece o Porto com 1.525. O distrito de Beja também deve ser evidenciado, mas desta vez por ser o que menos imigrantes angolanos detêm (28). No ano de 2008, os distritos que mais abrangem imigrantes angolanos continuam a ser idênticos com o distrito de Lisboa a possuir 17.921 imigrantes angolanos dos 27.619 existentes em Portugal (64.9%). Já os distritos de Setúbal e Porto registam em 2008, 4.673 e 1.237 imigrantes respectivamente. Quanto ao distrito de Portalegre, é aquele que menos indivíduos de nacionalidade angolana detêm com apenas 41.

Analisando agora o caso dos *romenos* residentes em Portugal no ano 2006 (11.431) percebemos que o distrito de Lisboa acolhe o maior número de imigrantes com 3.997 seguido de Faro com 2.923 e Setúbal com 1.283. De salientar que estes três distritos representam 71.8% do total de imigrantes romenos em Portugal. Já Bragança tem apenas 34 indivíduos com nacionalidade romena no seu distrito. No ano 2008, os romenos residentes em Portugal passam a ser 27.410 e continuam a ter maior preponderância nos distritos de Lisboa (10.168), Faro (7.245) e Setúbal (3.117). Estes três distritos passaram a agrupar 74.9% do total dos imigrantes residentes em todo o país. Já o território com menos romenos passou a ser os Açores com apenas 63 indivíduos.

Os *guineenses* residentes em Portugal no ano 2006 eram 23.816, dos quais 15.824 estavam localizados no distrito de Lisboa o que representa 66.4%. O segundo e o terceiro distritos mais povoados com imigrantes de origem guineense encontram-se longe deste número com “apenas” 2.941 (Faro) e 2.508 (Setúbal). O distrito com menor número de imigrantes neste ano é a Guarda com somente 7 indivíduos com nacionalidade guineense. Quanto ao ano de 2008, a situação sofre poucas alterações com o distrito de Lisboa a registar 17.761 imigrantes guineenses dos 24.390 do total do país o que corresponde a 72.8%. O segundo e terceiro distrito com mais imigrantes provenientes da Guiné-Bissau continuam a ser Setúbal e Faro apesar de se verificar uma troca já que o distrito de Setúbal passou para segundo (2.708) e o distrito de Faro para terceiro (1.683). Já o distrito com menos imigrantes guineenses é, no ano de 2008, Portalegre com 8 indivíduos.

Os *moldavos* residentes em Portugal representam uma comunidade de 14.418 indivíduos em 2006, sendo o distrito de Faro o que alberga a maior parte destes imigrantes (4.401). Um dado importante a retirar é que pela primeira vez nesta análise, o distrito de Lisboa não detém a maior parte dos imigrantes. Contudo, o distrito de Lisboa aparece em segundo lugar com 3.379 imigrantes moldavos e o distrito de Setúbal em terceiro com 2.017. Estes três distritos conseguem assim abranger 67,9% dos imigrantes moldavos residentes em Portugal. Nesse ano, o distrito com menos moldavos é Vila Real com 27 imigrantes. Já no ano 2008, o número total de moldavos no país é de 21.147 e o distrito de Faro continua a ter o maior número de imigrantes com esta nacionalidade (6.681). Em segundo e terceiro lugar, encontramos novamente os distritos de Lisboa e Setúbal com 4.962 e 2.991 imigrantes, respectivamente. Estes três distritos conseguem assim agrupar 69,2% do total dos moldavos imigrantes em Portugal. Já o distrito com menos imigrantes provenientes da Moldávia continua a ser Vila Real com 23 indivíduos.

A última comunidade de imigrantes em Portugal a ser analisada é a *chinesa*, composta por 10.167 indivíduos no ano 2006. O distrito com mais imigrantes chineses nesse ano é Lisboa com 4.254, seguido pelo Porto com 1.571 e Faro com 942. Juntando estes distritos verificamos que reúnem cerca de 66,6% do total dos imigrantes chineses residentes no país. Já o distrito com menos imigrantes desta nacionalidade é Portalegre com 52 indivíduos. Passando para o ano de 2008, a comunidade chinesa cresceu para os 13.331 imigrantes. O distrito de Lisboa voltou a ser o mais povoado por chineses (4.795), seguido novamente pelo Porto (1.740) e por Faro (1.272). Desta vez, estes três distritos juntos conseguem 58,6% do total de imigrantes chineses residentes em Portugal. No distrito com menos imigrantes chineses encontramos agora a Guarda apesar de registar mais de 100 indivíduos (108) com essa nacionalidade.

As **Tabelas 3 e 4** apresentam o número de imigrantes de cada comunidade dividido por cada um dos distritos do país no ano 2006 e 2008. O distrito de Lisboa conseguiu o maior número de imigrantes de todas as comunidades, excepto a Moldava que teve maior número de imigrantes no distrito de Faro. Este não é fenómeno estranho visto ser o distrito do país com maior número de habitantes. No entanto,

podemos observar uma diferença entre os países originários das ex-colónias portuguesas de África e as restantes comunidades. Para além do facto destas ex-colónias estarem em território português há mais tempo que as restantes, constatamos que também estão mais localizadas no distrito de Lisboa. As razões da escolha de Lisboa devem estar ligadas ao facto de ser o que mais requisita mão-de-obra para a construção civil e obras públicas. Uma das principais interrogações que surge sobre as comunidades de imigrantes mais recentes em Portugal é perceber a razão de estar menos centrado no distrito de Lisboa, e mais espalhadas pelo território, sendo esta uma das maiores características desta nova vaga de imigrantes para além do seu carácter massivo, repentino e de ter origens geográficas diversas.

A obra de José Reis et. al. (2010) é uma das que aborda esta questão da maior difusão das recentes vagas de imigrantes por todo o país apesar de Lisboa continuar destacado como principal pólo de atracção de imigrantes. Verifica-se que estas novas vagas de imigrantes representam diferentes realidades socioeconómicas que vão desde as frágeis periferias às dinâmicas metropolitanas. A explicação para este fenómeno parece estar no desenvolvimento, na urbanização, na industrialização e dinamização de outras zonas do país através da construção de estádios para o Euro 2004, barragens e centros comerciais (Castro, 2008).

Ainda de realçar que os imigrantes então sobretudo compreendidos nas faixas etárias entre os 20 e os 50 anos (idade activa), sendo este um sinal da estreita ligação existente entre as questões demográficas e do “fornecimento” do mercado de trabalho (Reis et. al., 2010).

3.4-Os Principais grupos imigrantes residentes em Portugal por continente

As **Tabelas 5 e 6** que se encontram em seguida apresentam o número total de imigrantes residentes em Portugal divididos por cada um dos cinco continentes. Para além desta divisão, ainda nos permite perceber a proporção que os imigrantes das oito principais comunidades em Portugal têm em relação ao total dos diversos continentes. Como nas tabelas anteriores, os dados em seguida apresentados dizem respeito aos anos de 2006 e 2008.

População estrangeira residente em Portugal no ano de 2006 dividido por continente															
Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente europeu				Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente africano				Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente americano		Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente asiático		Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente oceânico	Apátrida	Desconhecida	Total
160658				150071				85242		23341		588	273	16	420189
Ucrânia	Roménia	Moldávia	Restantes países do continente europeu	Cabo-Verde	Angola	Guiné-Bissau	Restantes países do continente africano	Brasil	Restantes países do continente americano	China	Restantes países do continente chinês				
41530	11431	14418	93279	65515	33353	23816	27387	68013	17229	10167	13174				
67379				122684				68013		10167					268243

Tabela 5 – Os principais grupos imigrantes residentes em Portugal por continente (ano 2006)

Fonte: SEF

População estrangeira residente em Portugal no ano de 2008 dividido por continente															
Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente europeu				Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente africano				Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente americano		Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente asiático		Total imigrantes residente em Portugal originários de países do continente oceânico	Apátrida	Desconhecida	Total
167786				127476				116071		28588		270	31	55	440277
Ucrânia	Roménia	Moldávia	Restantes países do continente europeu	Cabo-Verde	Angola	Guiné-Bissau	Restantes países do continente africano	Brasil	Restantes países do continente americano	China	Restantes países do continente chinês				
52494	27410	21147	66735	51353	27619	24390	24114	106961	9110	13331	15251				
101051				103362				106961		13331					324705

Tabela 6 – Os principais grupos imigrantes residentes em Portugal por continente (ano 2008)

Fonte: SEF

O continente europeu é o continente de onde provém o maior número de imigrantes residentes em Portugal com 160.658 imigrantes no ano de 2006. Entre estes imigrantes encontramos os Ucrânicos, os Moldavos e os Romanos que juntos conseguem 67.379 imigrantes, o que corresponde a 41,9% do total de imigrantes provenientes do continente europeu. Os restantes 42 países do continente europeu que registam imigrantes residentes em Portugal conseguiram os restantes 93.279 imigrantes. No ano 2008, os dados recolhidos mostram o grande contributo destes três países europeus para o aumento do número de imigrantes deste continente em território nacional que passou para 167.786. De facto, os Ucrânicos, Moldavos e Romanos passaram a registar 101.051 imigrantes em território nacional, 60,2% do total dos imigrantes provenientes do continente europeu, enquanto os restantes países

deste continente apenas registaram 66.735 indivíduos a residir em Portugal. A explicação para este acontecimento pode estar ligada à reunificação familiar que já foi referida anteriormente mas também à crescente diminuição de imigrantes provenientes de Inglaterra, Espanha, Alemanha, Holanda, França, segundo os dados disponibilizados pelo SEF (2009).

O segundo continente de onde mais imigrantes são originários é o africano que regista 150.071 imigrantes residentes em território português no ano de 2006. Entre estes imigrantes destaca-se os cabo-verdianos, os angolanos e os guineenses que conseguem 122.684 imigrantes, que correspondem a 81.8% do total de imigrantes provenientes do continente africano. Os restantes 48 países africanos que registam imigrantes em Portugal agrupam 27.387 indivíduos. No ano 2008, o número de imigrantes provenientes do continente africano em Portugal baixa ligeiramente para 127.476 devido ao menor número de imigrantes originários das três principais comunidades africanas (Cabo-verde, Angola e Guiné-Bissau) que passa a registar 103.362 imigrantes, mas também devido ao menor número de estrangeiros dos restantes países africanos que, por sua vez, passa para 24.114 indivíduos. Apesar da diminuição ocorrida, as três principais comunidades continuam a agrupar uma elevada percentagem de imigrantes correspondente a 81.1% do total de imigrantes oriundos deste continente. A explicação para este fenómeno reside essencialmente no passado que liga Portugal a estes países para além de outros aspectos como a familiarização com a língua portuguesa.

Em terceiro lugar encontramos o continente americano que é responsável por 85.242 imigrantes residentes em Portugal no ano de 2006. Neste continente encontramos a maior comunidade residente em Portugal, os brasileiros, responsáveis por 68.013 imigrantes, o que corresponde a 79.8% do total dos imigrantes originários deste continente. Os restantes 33 países deste continente que registam imigrantes em território português agrupam os restantes 17.229. No ano 2008, os imigrantes originários do continente americano aumentaram para 116.071 dos quais 106.961 provêm do Brasil, ou seja, 92.2% do total de imigrantes oriundos deste continente. Os restantes países apenas dividem entre si os 9.110 imigrantes que sobram. À imagem do que sucede no continente africano, também aqui a explicação está à vista e remete

para o passado que liga estes dois países e outros aspectos em comum, como a língua portuguesa.

Do continente asiático provêm cerca de 23.341 imigrantes residentes em Portugal no ano de 2006. Entre os países que compõem esse continente é de realçar a China que agrupa 10.167 imigrantes, o que representa uns já consideráveis 43,6% do total dos imigrantes originários da China. Os restantes 45 países asiáticos reúnem os outros 13.174 imigrantes localizados em território nacional. No ano 2008, o número de imigrantes proveniente do continente asiático passa para 28.588 imigrantes dos quais 13.331 são chineses, o que equivale a 46,6% do total dos imigrantes procedentes do continente asiático. Nesse ano, os restantes países abrangem os outros 15.257 indivíduos. A percentagem de chineses a residir em Portugal sobre o total dos imigrantes provenientes do continente asiático só não é maior porque os dados do SEF mostram a existência de número considerável de indianos e paquistaneses em território nacional.

Quanto aos imigrantes provenientes do continente oceânico, os apátrida e de origem desconhecida representam um grupo quase nulo, tanto no ano de 2006 como em 2008, e só estão apresentados a título facultativo.

As **Tabelas 5 e 6** apresentam o volume de imigrantes oriundo de cada continente registado em Portugal. Desta forma é possível identificar o continente europeu como sendo o maior “fornecedor” de imigrantes que residem em território português. Estas tabelas permitem ainda mostrar a influência das oito maiores comunidades imigrantes em Portugal para a obtenção destes resultados. De facto, no ano de 2006, estas oito comunidades são responsáveis pela entrada em Portugal de 268.243 do total de 420.189 imigrantes, ou seja, 63,8%. No ano de 2008, a importância destas oito comunidades é ainda mais acentuada já que representa 324.705 dos 440.277 imigrantes do total, o que se traduz em 73,8%.

Apesar de ter alguns dados disponíveis sobre imigração, verifica-se algumas lacunas já que estes dados, disponibilizados pelo SEF (2009), são escassos e não permitem uma análise exaustiva da imigração em Portugal. Para além deste aspecto, os dados mais recentes são relativos ao ano de 2008. Em assuntos como a imigração, dois anos é um período alargado, uma vez que se trata de uma população volátil em

constante mudança. Daí a alerta para a necessidade de dados actualizados, e que se tornam imperativos para empresas como a Nomadis já que necessita destes dados para criar amostras representativas da realidade. O INE também não responde às necessidades uma vez que os dados disponibilizados são originários do SEF.

4-Temas ligados à Imigração

Este quarto, e último capítulo, do meu relatório de estágio está baseado numa das tabelas que pode encontrar na base de dados, a tabela *Referência*. O que é pretendido nesta fase consiste na identificação dos vários temas ligados à imigração que têm sido estudados assim como as principais tendências da investigação nacional nessa área. A análise procura ainda suscitar a reflexão sobre temas que ainda não têm sido aprofundados e que permitiriam alargar o conhecimento sobre a comunidade imigrante residente na sociedade portuguesa. Através desta análise, síntese e apresentação das diversas obras publicadas sobre a imigração em Portugal procurou-se um levantamento de temas e subtemas capazes de inspirar possíveis projectos que poderão ser realizados futuramente pela Nomadis e/ou outras entidades.

No entanto, a grande quantidade de obras divulgadas nos últimos anos torna difícil a análise desta vasta informação e implica a necessidade de reduzir o número de obras. A opção escolhida foi a análise das obras publicadas pelo ACIDI (antigo ACIME) nos últimos anos. Apesar de ter a perfeita noção que muitas obras de grande qualidade e importância ficam por referir, as obras publicadas pelo ACIDI têm procurado abranger os diversos temas ligados à imigração através de estudiosos altamente qualificados (entre eles os responsáveis da Nomadis). A escolha das obras do ACIDI fica ainda reforçada por se tratar de uma entidade que espelha qualidade e seriedade no seu trabalho, ao qual está associado o estudo da população imigrante em Portugal. Esta população é bastante volátil já que num curto espaço de tempo uma dada comunidade pode aumentar ou diminuir como podemos observar através dos dados analisados no capítulo 3. Por esse motivo, a informação fica rapidamente desactualizada e optei por apenas analisar as obras publicadas nos últimos dez anos.

Os temas que aqui são apresentados estão divididos em subtemas, de minha autoria, pensados de forma a criar uma divisão lógica das várias obras publicadas pelo ACIDI originando esta síntese. Apesar de existir diversas divisões possíveis, considere-se esta uma boa opção tendo em conta o leque de obras agrupadas neste capítulo.

4.1-Mulheres Imigrantes

Em Portugal, os estudos sobre as mulheres imigrantes são dispersos e pontuais (Miranda, 2009), contribuindo para o escasso interesse pelo estudo desta temática. Apesar de se verificar, nos últimos anos, uma feminização da migração, muitos trabalhos de investigação sobre as migrações não têm contemplado a perspectiva do género. Para além dos subtemas encontrados nos trabalhos organizados pelo ACIDI, outros subtemas poderiam ser estudados e aperfeiçoados, tais como questões de identidade das mulheres imigrantes, a sua inserção cultural, as questões familiares, o impacto da feminização no mercado de trabalho, e o tráfico de mulheres. Estes têm pertinência teórica e empírica, uma vez que as mulheres imigrantes são com maior frequência sujeitas a condições adversas e, deste modo poderia suscitar a denúncia dessas situações como por exemplo o trabalho forçado, a exploração sexual, más condições de trabalho, salários baixos e riscos de saúde. Fica ainda por estudar os direitos das mulheres imigrantes que dão o seu contributo para o desenvolvimento para as economias do país de origem e do país de acolhimento, através do seu trabalho.

Neste sentido, este tema tem como ponto de partida a referência de três subtemas principais nas obras publicadas pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI):

- a) A clandestinidade e as redes de prostituição;
- b) Os cuidados de saúde relacionados com a fecundidade e o planeamento familiar, a maternidade e os cuidados de saúde prestados às crianças, e a seropositividade na gravidez;
- c) As questões de género e a etnicidade.

No primeiro subtema encontramos referência de um texto de Clara Almeida Santos (2007), *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa*, que caracteriza a estigmatização e os estereótipos que a imprensa portuguesa faz das mulheres imigrantes, sobretudo das mulheres de nacionalidade brasileira. A imagem que a imprensa portuguesa faz passar das imigrantes brasileiras que se estabelecem em Portugal é uma imagem ligada à clandestinidade e às redes de prostituição, o que acaba por consolidar a imagem negativa que a nossa sociedade tem sobre as mulheres

imigrantes. No entanto, a investigadora mostra que esta visão estereotipada não espelha de todo a realidade, uma vez que o trabalho mais desempenhado pelas imigrantes é a prestação de serviços domésticos e não a prestação de serviços sexuais como a maioria da sociedade e da imprensa interiorizaram.

O subtema mais referenciado pelas obras sobre as mulheres imigrantes prende-se com os cuidados de saúde prestados às mulheres e às crianças. O trabalho realizado por Helena Isabel Borges Manuel (2007) intitulado *Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses* procura perceber a influência das características culturais e outras circunstâncias específicas em que se encontram os membros da comunidade timorense residente em Portugal relativamente ao planeamento familiar. O estudo demonstra que a atitude das mulheres imigrantes timorenses perante a fecundidade está associada a vários factores tais como as dificuldades económicas, a falta de apoio de uma família alargada, o acesso a mais informação, e a entrada no mercado de trabalho. Deve-se destacar ainda o facto de existir uma maior adesão destas imigrantes às consultas de planeamento familiar dados pelos técnicos de saúde, e existe uma maior informação sobre a possibilidade de recorrer ao planeamento familiar e cuidados de saúde através dos meios de comunicação, dos contactos sociais, dos técnicos de saúde, ou até de padres.

Por sua vez, o texto de Ivete Monteiro (2007), *Ser Mãe Hindu: práticas e rituais relativos à maternidade e aos cuidados à criança na cultura hindu em contexto de imigração*, tem como objectivo observar as características culturais de origem das mães hindus e as referências adquiridas da cultura de acolhimento no que diz respeito às concepções de maternidade e dos cuidados às crianças. Apesar de afastadas do seu país de origem, as mulheres hindus seguem os cuidados tradicionais de higiene e conforto da sua cultura. A maternidade está ligada à prática feminina, com as mulheres mais velhas a orientarem as futuras mães sobre alimentação, cuidados e crenças que devem respeitar para a gravidez ser bem sucedida. Neste sentido, a autora deste estudo conclui que as práticas relacionadas com a maternidade e os cuidados de saúde das crianças hindus não se alteraram devido aos fortes laços relacionais e intergeracionais presentes na comunidade e na família hindu. No entanto, actualmente, verifica-se que as mulheres mais jovens, que nasceram em Portugal e cresceram no nosso país, adoptam os costumes portugueses por terem socializado esse modelo de vida.

Ainda sobre o subtema dos cuidados de saúde podemos observar o trabalho realizado por Lúcia Correia Lopes (2007), *Gravidez e Seropositividade em mulheres imigrantes na região de Lisboa*, que tem como objectivos de investigação identificar as características sociodemográficas das mulheres imigrantes grávidas e seropositivas; identificar as razões que levam as mulheres imigrantes seropositivas a engravidar; e identificar formas de informação e comunicação mais eficazes na prevenção da gravidez nas mulheres imigrantes seropositivas. As conclusões que este estudo apresenta são a falta de informação sobre as consultas de planeamento familiar e a ausência ou falha dos métodos contraceptivos. Também é revelador o facto que a maioria das mulheres imigrantes, após engravidarem, ficam a saber da sua seropositividade o que leva ao desespero e a estados psicológicos negativos. No entanto este diagnóstico leva ao planeamento de uma série de estratégias para um melhor conhecimento sobre a vivência da sexualidade e sobre a necessidade de um rastreio anterior à concepção.

Por último, o subtema sobre as questões de género e a etnicidade, um dos subtemas mais discutido em ciências sociais relacionado com a imigração, tem como referência duas obras principais publicadas pelo ACIDI que consta na base de dados. O trabalho de Maria Abranches (2007), *Pertenças fechadas em espaços abertos: estratégias de (re) construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal*, tem como objectivo uma compreensão sociológica da componente feminina do fenómeno migratório em Portugal, sobretudo nos casos da Guiné-Bissau e de Moçambique. O estudo permite desvendar que o processo de (re) construção identitária destas mulheres passa por uma negociação permanente entre um forte controlo familiar e social e um desejo de autonomização. É de realçar que as raparigas mais jovens, por estabelecerem redes de sociabilidade mais alargadas, decorrentes sobretudo do prolongamento dos estudos, apresentam uma maior identificação com os modos de vida praticados no país de destino.

O trabalho desenvolvido por Joana Miranda (2009), *Mulheres Imigrantes em Portugal*, tem por objectivo colmatar lacunas existentes na análise das migrações numa perspectiva de género, procurando identificar e compreender três vértices fundamentais na vida das mulheres imigrantes das três comunidades numericamente mais representativas no país na actualidade: brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas. Desta forma é possível reconstituir as suas memórias e identidades, as dificuldades que

sentem na sociedade de acolhimento e os seus projectos de vida, e com estes dados é possível encontrar as semelhanças e as diferenças entre as três comunidades. Os resultados mostram que essas diferenças são sobretudo ao nível da religião e ao nível da escolaridade. As ucranianas são as que têm maior dificuldade com a língua portuguesa e maior insatisfação com o projecto migratório; as brasileiras têm de lidar com o problema do assédio sexual e do preconceito; e as cabo-verdianas têm sobrecarga de horários de trabalho e são vítimas de racismo.

4.2-Imigração e mercado de trabalho

O mercado de trabalho é um tema bastante vasto e engloba diversos subtemas que têm sido explorados pelas publicações do ACIDI. Entre os subtemas mais importantes encontramos:

- a) As práticas e estratégias empresariais dos trabalhadores imigrantes e a sua inserção no mercado de trabalho;
- b) Os perfis profissionais dos imigrantes;
- c) O empreendedorismo étnico;
- d) A imigração e os seus efeitos nas economias dos países de acolhimento.

No primeiro subtema observamos o trabalho de Fátima Velez de Castro (2008) que tem por nome *A Europa do Outro – a imigração em Portugal no início do século XXI* e tem como objectivo analisar primeiramente aspectos teóricos relacionados com o processo migratório e em seguida o perfil, o quotidiano, e os planos de futuro dos imigrantes no concelho de Vila Viçosa exclusivamente. Com a entrada no início do século XXI surge um contingente numeroso de imigrantes oriundos de vários países para Portugal. Estes imigrantes escolhem residência e local de trabalho nas zonas litorais, sobretudo entre Setúbal e Viana do Castelo. As motivações que estão na base da migração podem ser de origem física ou humana, mas o factor económico é, na maioria das vezes, decisivo quando se inicia um movimento migratório. Os imigrantes são considerados um grupo vulnerável devido à precariedade da sua situação profissional e social levando-os a uma situação de segregação social. A maioria enverga pela economia informal, sujeitos a contextos de exploração no trabalho por não ter a sua situação regularizada.

Por sua vez, o estudo desenvolvido por Catarina Reis de Oliveira (2005), *Empresários de origem imigrante: estratégias de inserção económica em Portugal*, pretende descrever e caracterizar sociologicamente as estratégias empresariais de origem imigrante no contexto da sociedade portuguesa. Os empresários estudados foram os de origem Chinesa, Indiana e Cabo-Verdiana de acordo com uma série de indicadores como o sexo, a idade, a escolaridade, a origem, a naturalidade, a nacionalidade, o ano de chegada a Portugal, o conhecimento da língua, o percurso migratório e profissional, a participação associativa, etc. Outras variáveis foram tomadas em consideração como por exemplo de que maneira chegava o financiamento para desenvolver a actividade empresarial, as origens e os perfis dos fornecedores, os clientes e o tipo de mão-de-obra seleccionados. Por fim, procurou-se saber qual o percurso empresarial, a inserção no meio empresarial português, e perceber as possibilidades de mobilidade social.

Por último, Catarina Reis Oliveira apresenta outro trabalho, desta vez, sobre *Os Empresários de origem Cabo-Verdiana em Portugal: estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporário* (2005) com o objectivo de analisar as estratégias empresariais dos imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal. A investigação procurou observar, sobretudo, a existência de uma mobilidade social ascendente ou descendente destes empresários imigrantes, bem como o grau de propensão para a actividade empresarial desta comunidade. Existem análises que demonstram a fraca propensão para o empreendedorismo e os factores explicativos para este fenómeno são o tipo de políticas portuguesas para a imigração, as flutuações da nossa economia e as características das populações imigrantes. No entanto, segundo a autora, a explicação parece recair, principalmente, no tipo de estruturas de oportunidades dos contextos de recepção da população portuguesa. A escolha em ser trabalhador por conta própria não é muitas vezes com vista a uma mobilidade social ascendente mas sim evitar uma mobilidade descendente protagonizada pelo desemprego do país de acolhimento.

Sobre este subtema, também, temos referência de um texto de Pedro Góis (2006) intitulado *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*; de um texto de Lourenço Xavier de Carvalho (2007) sobre *Os Limites da formalidade e o trabalho imigrante em Portugal*; e da edição nº 2 da revista *Migrações: Imigração e Mercado de Trabalho* (2008).

Em relação ao subtema dos perfis profissionais dos imigrantes encontramos dois trabalhos de investigação. O primeiro, realizado por Pedro Góis e José Carlos Marques (2007), *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, dá relevo ao facto de muitas vezes não se dar a devida importância aos imigrantes altamente qualificados, cada vez mais uma realidade crescente no nosso país. O estudo realizado sobre esta pequena parcela de imigrantes procura descobrir as suas principais características e esclarecer os graus de dimensão e importância deste fenómeno. Os resultados dão conta de 3 tipos de imigrantes altamente qualificados: a) indivíduos que migram sem constrangimentos para exercerem profissões no segmento primário do mercado de trabalho (Imigrantes Altamente Qualificados Funcionalmente Legitimados); b) indivíduos que migram de forma independente e vão laborar no segmento secundário do mercado de trabalho (Imigrantes Altamente Qualificados Funcionalmente Illegítimos); c) indivíduos que adquirem formação superior em Portugal e começam a trabalhar após a obtenção dessa formação (Imigrantes Internamente Qualificados).

O segundo, realizado por Magda Nico, Natália Gomes, Rita Rosado e Sara Duarte (2007), *Licença para Criar*, aborda o tema dos artistas imigrantes que residem e desenvolvem actividades artísticas em Portugal. Os objectivos principais deste trabalho passam pela observação e análise dos grupos de imigrantes mais presentes entre os artistas, o tipo de arte que exercem, a sua inserção laboral no campo artístico, os contextos de desenvolvimento da actividade artística, e a caracterização dos contextos e domínios mais propícios à inserção de artistas imigrantes. O estudo destaca o facto da música e da dança serem as artes em que mais se localizam os imigrantes, enquanto o teatro é o sector onde se verifica severas dificuldades de inserção por parte dos imigrantes.

Sobre o empreendedorismo étnico, a autora Catarina Reis Oliveira (2004) realizou um trabalho que tem por nome *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*. Este trabalho tem como objectivo compreender as estratégias económicas dos imigrantes e as suas capacidades ao nível do empreendedorismo. Os benefícios do empreendedorismo contribuem para a instituição de um quadro legal de desenvolvimento de actividade mais alargada para os imigrantes, e também contribuem para a criação de emprego e para a criação de riqueza no país de acolhimento. A autora sugere que Portugal deveria aproveitar melhor os imigrantes com elevadas

qualificações que desempenham trabalhos não qualificados e, sobretudo, criar incentivos e não constrangimentos estruturais ao desenvolvimento empresarial dos imigrantes.

Também a revista *Migrações n.º 3: Empreendedorismo Imigrante (2008)* procura disponibilizar uma caracterização extensa das políticas que promovem o empreendedorismo étnico em diversos países, motivado pelo objectivo dos governos nacionais e municipais de criarem um ambiente conducente à definição e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, em geral, e de negócios de imigrantes, em particular. Adicionalmente, também ilustra como o terceiro sector tem tido um papel crucial no reforço do empreendedorismo imigrante e fornece indicações acerca da melhor maneira de abordar este assunto no futuro a um nível governamental.

O último subtema sobre os impactos da imigração nas economias dos países de acolhimento tem vários trabalhos de investigação, estudos e algumas obras de referência. O trabalho realizado por Horácio C. Faustino, João Peixoto e Patrícia Baptista (2009), *As características da Imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*, assinala a existência de um aumento do stock de imigrantes e do peso dos imigrantes empregadores devido às autorizações de permanência concedidas entre os anos de 2001 e 2002. A maior parte dos estrangeiros está concentrada nas profissões menos qualificadas da indústria e dos serviços. Em 2005 a construção representava 23,4% do total dos estrangeiros, seguido das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (23,1%), alojamento e restauração (14,8%) e indústrias transformadoras (12,4%).¹⁴ No entanto, os percursos de mobilidade profissional ascendente, onde existem imigrantes a deixarem as profissões menos qualificadas para ascenderem a patamares de qualificação intermédia, reflectem o impacto da imigração estrangeira sobre o comércio internacional. Este impacto surge, sobretudo, do comércio étnico que se expande aos recursos dos países de origem. O efeito positivo do aumento do stock de imigrantes e do peso dos imigrantes empregadores, tal como o efeito positivo do peso dos imigrantes altamente qualificados na indústria transformadora, reforça a ideia de uma política de imigração que fortalece estes dois vectores – a qualificação dos imigrantes e o apoio ao empreendedorismo étnico.

¹⁴ Indústrias alimentares, tabaco, bebidas; indústria têxtil; e fabricação de outros produtos minerais não metálicos.

O trabalho intitulado *Viagens de Ulisses: efeitos da imigração na economia portuguesa* da autoria de Eduardo de Sousa Ferreira, Helena Rato e Maria João Mortágua (2004), aponta para a confirmação do contributo positivo dos imigrantes no crescimento da produção e do emprego. No que se refere aos diferenciais de produtividade, podemos concluir que o aumento recente da imigração vem suprir o decréscimo da oferta de mão-de-obra nacional em sectores onde predominam os segmentos secundários do mercado de trabalho e onde a inexistência de trabalhadores imigrantes conduziria à subutilização da capacidade produtiva instalada.

Outro estudo de investigação sobre os efeitos e os impactos das comunidades imigrantes nos países de acolhimento é o trabalho realizado por Lourenço Xavier de Carvalho (2004), *Impacto e reflexos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas: uma visão qualitativa*.

Neste tema comprova-se que o estudo da relação entre imigração e mercado de trabalho apresenta grande centralidade em Portugal (Peixoto, 2008). Uma parte muito considerável da imigração para o nosso país tem uma motivação económica, embora a procura de trabalho na nossa economia, nos últimos anos, tenha sido localizada em sectores de trabalho precário de natureza informal. Tal como já foi dito nos textos anteriores, existe um mercado de trabalho segmentado ou “dual”. O mercado primário é caracterizado pela estabilidade das condições de emprego, bons salários, perspectivas de carreira, protecção social e bom estatuto social. Por oposição, o mercado secundário é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de protecção social e baixo estatuto social. O mercado de trabalho segmentado funciona numa lógica económica e social (Peixoto, 2008). Os trabalhadores nacionais rejeitam as fracas recompensas económicas e o baixo estatuto social associado a alguns trabalhos do mercado secundário. Os imigrantes vêm ocupar esses trabalhos e, apesar disso, têm perspectivas de mobilidade futura. Trabalham em sectores de trabalho manual como a construção civil e, também, em segmentos dos serviços incluindo serviço doméstico e limpeza, assistência a crianças e idosos, serviços de saúde e comercio, hotelaria e restauração. Estes imigrantes, por vezes, possuem qualificações elevadas mas encontram-se inseridos no mercado de trabalho secundário e, apenas, uma minoria se encontra inserida no mercado de trabalho primário, revelando um mau

aproveitamento da mão-de-obra imigrante qualificada. As iniciativas empresariais também têm sido reconhecidas como formas alternativas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho das sociedades de acolhimento. Fala-se sobretudo do empreendedorismo étnico ligado, principalmente, ao sector comercial de distribuição de serviços e produtos étnicos.

4.3-A Integração Social

A integração social é visível na sociedade civil, nas escolas, no mercado de trabalho, entre outros, em relação aos seus direitos sociais, de legalidade e nacionalidade. É definida como um processo através do qual os imigrantes e os seus descendentes se adaptam à sociedade de acolhimento e que, necessariamente implica a assimilação dos valores, normas, regras, atitudes, comportamentos característicos das sociedades de destino (Berry, 1992¹⁵ apud Mirotshnik, 2008). No entanto, apercebemo-nos de que, muitas vezes, existe uma intenção de diversos grupos de imigrantes e seus descendentes de não pretenderem participar no processo de assimilação e aculturação, preservando as suas identidades de origem. Este fenómeno de não integração leva ao aparecimento de problemas sociais como a exclusão social dos imigrantes, reacções racistas e xenófobas, e imagens estereotipadas. Neste sentido, tem se verificado a relação de dois tipos de poderes desiguais no processo de integração social dos imigrantes que resultam num clima de indiferença ou de conflito de interesses, ou de solidariedade (Mirotshnik, 2008). O clima de indiferença e conflito de interesses, muitas vezes, associa-se à falta de políticas e de medidas de integração nos países de destino.

O tema da integração social tem como subtemas:

- a) As políticas e estratégias de integração e inclusão social;
- b) A criminalidade;
- c) A exclusão social;
- d) Os estereótipos e o racismo.

No primeiro subtema podemos observar o trabalho realizado por Dora Possidónio (2006) chamado *Descendentes de Angolanos e de Luso Angolanos na Área*

¹⁵ Berry, J. (1992), "Acculturation and adaptation in a new society", *International Migration*, 30, pp. 69-80.

Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social. Este trabalho tem por assunto os filhos dos imigrantes residentes em Portugal, sobretudo na AML, e o modo como vivem. O objectivo do estudo é conhecer o processo de inserção destes indivíduos nos seus vários níveis. Para isso identificou-se factores que influenciam a inserção dos imigrantes e suas famílias; caracterizou-se um grupo de descendentes de imigrantes filhos de indivíduos de etnia angolana residentes na AML e seus problemas; e ainda foi avaliado e explicado alguns aspectos da inserção destes indivíduos.

Por sua vez, o trabalho realizado por Marta Vilar Rosales, Vanessa Cantinho de Jesus e Susana Parra (2009) tem por nome *Crescer fora de água?* e pretende dar a conhecer os processos de integração e (re) negociação identitárias de jovens descendentes de migrantes originários dos PALOP através da análise do conjunto de práticas expressivas que contemplam a produção e o consumo/apropriação de produtos culturais determinados. Os resultados do estudo identificam a existência de três domínios importantes: o das representações sobre o “outro migrante”, o das práticas culturais expressivas e desportivas e o das práticas de consumo e a cultura material.

O trabalho de Sónia Almeida Araújo (2008) chamado *Contributos para uma Educação para a Cidadania: professores e alunos em contexto intercultural* procura estudar a relação da escola com a cidadania e compreender de que forma foi realizada a integração de crianças imigrantes na escola portuguesa. As conclusões que são realçadas pelo trabalho mostram que a educação na sociedade actual direccionada para a cidadania, para a paz, para a educação intercultural, educação ambiental, não se pode reduzir apenas à transmissão de conhecimentos, a um cognitivismo mecanicista, indiferente a conteúdos éticos e valorativos. A educação não poderá cultivar os direitos do Homem, a paz e a democracia se não adoptar, de um modo crítico, os seus valores intrínsecos. Por outro lado, educar não é só fornecer conhecimentos, é dar ao aluno meios suficientes para a construção da sua autonomia e da sua identidade.

O trabalho de Viktoria Mirotshnik (2008) sobre a *Integração e Escola em Populações Imigrantes da ex URSS* tem por objectivo perceber a integração em Portugal dos imigrantes provenientes da parte europeia da ex URSS, e em particular dos seus descendentes e das suas relações com o sistema educativo português. O que foi possível concluir com o estudo é que, quando interrogados sobre as representações que têm da escola em geral, os imigrantes comportam-se de acordo com o nível

cultural de origem e assemelham-se nos seus comportamentos aos dos portugueses com os mesmos níveis culturais. Nesta situação a variável social explica de uma forma aceitável este tipo de comportamentos. Mas, quando os imigrantes se manifestam sobre a escola dos seus países de origem e a comparam com a escola portuguesa, a variável social parece perder importância e a socialização comum a que foram submetidos torna-se uma variável explicativa mais pertinente. Já quando os entrevistados se expressam sobre as expectativas e as aspirações relativas à educação dos seus filhos, as quais deviam estar em consonância com a representação que têm da escola em geral, constata-se que são iguais, não respeitando as linhas de fractura social.

Por último, o trabalho desenvolvido por Elsa Casimiro (2008) intitulado *Percursos escolares de descendentes de imigrantes de origem Cabo-Verdiana em Lisboa e Roterdão* tem por objectivo analisar a sua inserção no país de acolhimento, os meios de combate ao absentismo e insucesso escolar, as diferenças do sistema de ensino nos dois países, os apoios e as saídas profissionais. Em Lisboa, a presença relativamente antiga de uma elite cabo-verdiana composta por ‘quadros’ e estudantes, cujo começo tem origem nas relações coloniais, vai confrontar-se com uma nova classe de indivíduos integrados nas vagas migratórias dos anos 60 de uma classe popular, ascendentes do grupo-alvo. O processo de descolonização e independência fez com que aumentasse, substancialmente, o crescimento da população cabo-verdiana em Portugal, acentuando-se um grande contraste social. Em Roterdão existe uma maior heterogeneidade entre os imigrantes embora se denote um fosso geracional, separando aqueles mais ligados a Cabo Verde e ao mundo lusófono e os seus descendentes que vivem uma dupla pertença – Holanda/Cabo Verde. Os resultados obtidos expressam uma maior qualificação escolar do grupo-alvo residente em Roterdão. Regista-se um pequeno aumento ao nível da escolaridade, um valor ainda que incipiente de ascensão social nesta geração e saídas profissionais mais especializadas. Ainda que nos últimos anos se tenham vindo a verificar alguns progressos na adopção do processo educativo designadamente em áreas onde existe maior afluência de alunos de grupos culturais distintos, os indicadores de desempenho escolar continuam a revelar uma penalização acentuada desta população.

Sobre este subtema, também, encontramos referência a outros trabalhos e estudos de investigação, como por exemplo o trabalho realizado por Ana Oliveira e Carla Galego (2005) intitulado *A Mediação Sócio cultural: um puzzle em construção*; o

trabalho desenvolvido por Emília Maria Malcata Rebelo (2006) intitulado *Planeamento urbano para a integração de imigrantes*; e o trabalho realizado por Helena Vilaça (2008) sobre *Imigração, Etnicidade e Religião*.

O subtema da criminalidade dos imigrantes tem sido alvo de algumas reflexões e estudos de investigação que procuram perceber até que ponto o discurso que liga o imigrante a essa prática se coaduna com a realidade. Os trabalhos realizados por Hugo Martinez de Seabra e Tiago Santos sobre *A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal: um inquérito científico* (2005) e sobre *Os Reclusos Estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização* (2006) revelam que a criminalidade dos estrangeiros legais é semelhante à das populações com nacionalidade portuguesa e de igual condição socioeconómica. No entanto, a prisão preventiva é mais recorrente no caso dos estrangeiros. As razões para este fenómeno se devem ao facto de existir indicações por parte do Código Penal Português (CPP) para manter qualquer suspeito de prática de crime com nacionalidade estrangeira em situação irregular no país; os actos dos crimes praticados pelos imigrantes são considerados mais graves, com pena superior a 3 anos e com maior perigo de fuga do país; e o preconceito que pode existir no sistema judicial português. Também o número de condenações entre os imigrantes é maior que a população de nacionalidade portuguesa, e o tráfico de droga é o delito mais frequente entre os imigrantes condenados a prisão efectiva. Nota-se também uma certa discriminação na pena atribuída a estrangeiros que é, em média, maior que a imputada aos portugueses pelo mesmo crime. A criminalidade associada aos imigrantes residentes em Portugal também tem tido grande destaque na imprensa e alguns estudos procuraram analisar o discurso e as imagens que os meios de comunicação davam a esta questão. A grande diferença que os autores encontram é que tem vindo a existir uma distinção entre o imigrante autor de um crime e o imigrante vítima de um crime.

A este respeito, destacamos os trabalhos realizados por Ana Teresa Peixoto, Clara Almeida Santos, Isabel Ferin Cunha e Maria João Silveirinha intitulados *Media, Imigração e Minorias Étnicas* (2004) e *Media, Imigração e Minorias Étnicas II* (2006); e o trabalho realizado por Isabel Ferin, Clara Almeida Santos, Willy Filho e Ilda Fortes (2008) chamado *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*.

Por outro lado, a criminalidade poderá estar, muitas vezes, associada às tensões de conflito que existem entre os imigrantes e os nativos. O trabalho realizado por Jorge Macaísta Malheiros, Manuela Mendes, Carlos Elias Barbosa, Sandra Brito Silva, Aline Schiltz, e Francisco Vala (2007), intitulado *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, tem por objectivo verificar a possível existência de conflitos de base étnica na Área Metropolitana de Lisboa. Os elementos essenciais para a compreensão do fenómeno da conflitualidade urbana em Lisboa parecem passar pelas dimensões de classe, género e idade, sendo a etnicidade apenas um elemento supletivo, ou seja, os outros níveis de identidade (classe, género, territorial, e bairro) parecem sobrepor-se, quer enquanto factores de coesão do “grupo de pares”, quer enquanto elo de oposição face ao “outro”. É o ‘grupo de rua’ que acaba por substituir as instâncias de socialização. A produção de estigmas e a construção de representações sobre bairros e grupos emerge como outro aspecto relevante no processo de desenvolvimento de práticas desviantes e de conflitos.

A exclusão social é retratada pelo trabalho realizado por Margarida Marques e Joana Lopes Martins (2005) sobre *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento*. Este trabalho obriga a repensar o sentido da influência da experiência migratória na integração escolar e, de modo mais vasto, na integração na sociedade da informação e do conhecimento, e implica o reequacionamento do papel da escola enquanto estrutura de oportunidades. Os problemas que se verificam ao nível escolar e de acesso à sociedade de informação e do conhecimento parecem estar directamente relacionados com o fenómeno de exclusão social ao nível societal, sendo que, manifestamente, a escola se revela incapaz de ultrapassar e de colmatar algumas diferenças sociais quando não encontra respaldo comunitário e familiar em convergência de orientações.

E, ainda, o trabalho realizado por Hugo Martinez de Seabra (2005), que se intitula *Delinquência a Preto e Branco*, tem como principal objectivo conhecer melhor a realidade diária dos juvenis desviantes, as suas práticas, as suas orientações ideológicas e as suas motivações. As conclusões deste estudo mostram que seja qual for a ‘cor da pele’ destes jovens (pulas ou blacks) existem fortíssimas semelhanças tanto nas condicionantes estruturais que lhes são impostas como no seu discurso relativo às suas

maneiras de agir, pensar e sentir. Entre os jovens descendentes de imigrantes africanos, constatamos quatro tipos fundamentais de exclusão, interligados entre si, tais como a exclusão económica, a exclusão social, a exclusão cultural e a exclusão racial. Já nos restantes delinquentes existem dois tipos de exclusão fundamentais – a exclusão económica e a exclusão social. O estudo leva-nos a crer que estes jovens são o produto de formas de integração marginal na sociedade portuguesa.

O subtema dos estereótipos e do racismo é, sobretudo, retratado em textos que se referem às imagens que os cidadãos dos países de acolhimento têm sobre os imigrantes. Estas imagens estereotipadas são uma referência usual em artigos de jornais e reportagens de televisão que têm uma mediatização muito forte, e nem sempre reportam a realidade. Existem diferenças estéticas e construtivas em relação à representação do género e uma valorização de construções mais mediatizadas. Ou seja, os homens têm menos visibilidade que as mulheres, estão sobretudo associados à criminalidade e ao trabalho na construção civil e são vistos, cada vez mais, como vítimas devido à sua condição social, habitacional, de trabalho, e às suas fragilidades decorrentes da imigração. As mulheres têm maior destaque com notícias associadas principalmente à prostituição e à clandestinidade. Alguns dos trabalhos desenvolvidos nos últimos anos sobre esta questão são a tese de Willy Filho (2008) que tem por nome *Imagens do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português 2004-2006* e o trabalho de Maria Xavier (2007) tem por nome *Redescobrimo o Brasil*.

Em relação ao racismo, o trabalho sobre *Os Imigrantes e a População Portuguesa: imagens recíprocas*, realizado por Mário F. Lages, Verónica M. Policarpo, José Carlos L. Marques, Paulo Lopes Matos, João Homem Cristo António (2006), torna claro haver algumas manifestações de racismo em aproximadamente 1/4 da nossa população, valor que se revela o dobro quando se observa o exagero da diferença cultural percebida, particularmente no que toca a imigrantes de Leste e imigrantes africanos.

Por sua vez, o trabalho de João Filipe Marques (2007) chamado *Do «Não Racismo» Português aos Dois Racismos dos Portugueses* pretende prover algumas pistas que permitam conferir a inteligibilidade dos fenómenos de racismo que são observáveis na sociedade portuguesa. O que se conseguiu apurar é que em Portugal o racismo está presente na vida quotidiana e em alguns casos de forma flagrante. As principais vítimas são, por um lado, os imigrantes originários de África e seus descendentes, e por outro,

as pequenas comunidades ciganas. No entanto, um e outro não estão sujeitos ao mesmo tipo de racismo. No que toca aos imigrantes africanos e seus descendentes o racismo tem uma lógica de desigualdade e assimilação ('racisation inégalitaire ou assimilationniste') enquanto nos ciganos existe uma lógica de diferencialismo ou exclusão ('différentialiste ou d'exclusion').

4.4-Tráfico de Imigrantes e Imigração Ilegal

Embora com menor destaque em relação aos outros temas, o tráfico de imigrantes e a imigração ilegal tem sido abordado em algumas obras publicadas pelo ACIDI. Os investigadores João Peixoto, António Goucha Soares, Paulo Manuel Costa, Susana Murteira, Sónia Pereira e Catarina Sabino (2005) realizaram um trabalho chamado *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. O objectivo foi o levantamento dos principais conceitos, teorias e estudos empíricos na área do tráfico de imigrantes, que inclui o tráfico de mão-de-obra, o tráfico de mulheres para exploração sexual e o tráfico de crianças. Os autores também pretendiam apresentar um enquadramento legislativo sobre o tráfico actual e analisar a imprensa sobre o tema do tráfico de imigrantes em Portugal.

O fenómeno do tráfico de imigrantes é ainda relativamente pouco estudado na área dos estudos sobre as migrações, apesar da sua crescente visibilidade internacional (Pereira et al, 2005). Em Portugal, o tráfico de pessoas tornou-se evidente a partir de finais da década de noventa. No entanto, é difícil conceptualizar e delimitar o fenómeno do tráfico de pessoas enquanto objecto de estudo. Esta difícil conceptualização contribui para a distinção entre tráfico e auxílio à imigração ilegal. Recentes estudos tentam fazer esta distinção definindo o tráfico na esfera dos Direitos Humanos, e o auxílio à imigração ilegal na esfera exclusiva da migração (Mattila, 2000¹⁶ apud Pereira et al, 2005). Outras investigações abordam esta distinção em relação ao tipo de migração, por outras palavras, à legalidade e/ou ilegalidade dos processos migratórios. O tráfico é muitas vezes considerado como uma forma de migração ilegal, contudo nem sempre envolve entrada ilegal num determinado país. A legalidade e a ilegalidade resultam de políticas migratórias que se alteram ao longo do tempo. Deste

¹⁶ Mattila, H. S. (2000), "Protection of Migrants' Human Rights: Principles and Practice", *Internacional Migration*, Vol. 38, pp. 53-71.

modo, a construção social das situações de ilegalidade e a forma como estas são percebidas pelos imigrantes são aspectos interessantes do fenómeno migratório que devem ser tidas em conta enquanto objecto de estudos de investigação (Pereira et al, 2005). Para além das situações de legalidade e/ou ilegalidade da migração, os trabalhos de investigação sobre o tráfico de pessoas migrantes está muito marcada pelo tráfico de mulheres e crianças. Esta visão redutora revela um entendimento pobre e limitado do fenómeno que é essencialmente associado a situações de desespero económico e importação de mão-de-obra vulnerável, e não apenas à exploração e violência sexual (Chapkis, 2003¹⁷ apud Pereira et al, 2005).

4.5-Os Cuidados de Saúde

A migração representa um desafio para a saúde pública nos vários países e, apesar da heterogeneidade das populações migrantes e a falta de dados nacionais e internacionais sobre o acesso e os cuidados de saúde, a investigação nesta temática é ainda muito recente (Dias & Gonçalves, 2007). Actualmente, as investigações e os indicadores de saúde disponíveis apontam para o aumento da vulnerabilidade dos imigrantes a doenças e a outros problemas de saúde, tais como doenças infecciosas, saúde mental, e saúde reprodutiva. Esta vulnerabilidade está associada a vários factores sociais, culturais, políticos e económicos presentes em cada fase do processo migratório: tipo de migração (legal, irregular, voluntária, forçada); ambiente global do país de origem, condições de acolhimento e contacto com o país de origem; políticas de migração adoptadas no país de chegada. Em relação ao acesso e à utilização dos serviços de saúde, também, são dificultadas por diferentes níveis de barreiras e/ou obstáculos. Apesar do direito universal à saúde ser reconhecido, na prática as restrições impostas aos imigrantes determinam o acesso aos cuidados de saúde (Dias & Gonçalves, 2007).

Os subtemas mais frequentes nas obras publicadas pelo ACIDI são:

- a) As condições de vida dos imigrantes;
- b) O acesso à saúde.

¹⁷ Chapkis, W. (2003), "Trafficking, Migration, and the Law: Protecting Innocents, Punishing Immigrants", *Gender & Society*, Vol. 17, pp. 923.

O trabalho realizado por José Edmundo Xavier Furtado Sousa (2006) sobre *Os Imigrantes Ucranianos em Portugal e os Cuidados de Saúde* tem como objectivo principal observar uma das comunidades mais numerosas em Portugal em relação às práticas, políticas e cuidados de saúde. Este elevado número de imigrantes traz novos desafios à sociedade portuguesa, ao Estado, às políticas sociais, educativas, sanitárias, e de cidadania. Estes novos imigrantes vivem situações de exclusão, precariedade e grande vulnerabilidade, muitos vivem em espaços habitacionais reduzidos mas com vários indivíduos, chegando a estarem oito pessoas em habitações com duas assoalhadas, mas também existem casos de sem-abrigo devido às dificuldades em arranjar uma habitação. O acesso aos cuidados de saúde também se tornam difíceis já que se verificam barreiras linguísticas e de comunicação para além de uma consciencialização de diferenças sociais entre ucranianos e portugueses. Este choque cultural é considerado como um risco para a saúde física e mental do imigrante porque necessita de interiorizar novos papéis sociais e novos valores culturais. Para proporcionar aos imigrantes bons cuidados de saúde é necessário a promoção da saúde, permitindo um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e dos instrumentos por todos os indivíduos. Uma das prioridades deve passar por minimizar os conflitos que a absorção das diferenças sociais poderá causar nos imigrantes. Assim, a adaptação à sociedade receptora poderá ser feita de forma saudável. As áreas de actuação devem ser a língua (introduzir aspectos ligados ao sistema de saúde no programa de aprendizagem da língua portuguesa), suporte social (referenciar os serviços sociais à disposição dos indivíduos), organizações de saúde (criar unidades de saúde familiar constituídas por equipas multidisciplinares abrangendo populações de determinada área geográfica), suportes de registo bilingue (como os boletins de vacinas, boletins de saúde materna, e boletim de planeamento familiar), formação dos profissionais (conhecer os processos de integração do imigrante na sociedade de acolhimento para conseguir um diagnóstico de saúde correcto), e investigação (investigar as necessidades da população imigrante em Portugal).

O trabalho de Inês Martins Andrade (2008) sobre *A saúde da população imigrante na Área Metropolitana de Lisboa* pretende compreender a qualidade do acesso e da utilização dos cuidados de saúde dos imigrantes africanos residentes na AML. Com este estudo é possível perceber que a maioria dos imigrantes africanos utiliza os

cuidados de saúde apenas quando apresentam sintomas de doença ou em caso de urgência médica. Esta comunidade não tem por hábito a prevenção no que toca à saúde e não frequentam as consultas de planeamento familiar mas, com o passar dos anos a residir em Portugal, vão adquirindo maiores hábitos de promoção da sua saúde. A utilização dos serviços médicos por parte dos imigrantes africanos varia em função de diversos factores: imutáveis (ser homem, mulher, jovem, idoso, português, estrangeiro) e mutáveis (níveis de instrução e desempenho de actividades fisicamente exigentes, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas). Outros aspectos que contribuem para uma maior utilização do serviço nacional de saúde são a proximidade entre a área de residência e os equipamentos colectivos de saúde; a possibilidade de deslocação a pé; e um número de profissionais de saúde satisfatório em relação à população inscrita nessa unidade de saúde. Mas os principais entraves ao acesso e utilização dos cuidados de saúde é a lista de espera, a falta de informação, as burocracias inerentes, o horário de funcionamento, as ausências de hábitos de promoção da saúde e prevenção da doença, as dificuldades ao nível da língua, e o facto de residir ilegalmente no país.

Ainda sobre o acesso aos cuidados de saúde temos referência à edição nº I da Revista *Migrações – Imigração e Saúde* (2007), o trabalho realizado por Sónia Ferreira Dias, Cristianne Famer Rocha e Rosário Horta (2009) sobre *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras*, o trabalho realizado por Chiara Pussetti et al (2009) que tem por nome *Migrantes e Saúde Mental*, e o trabalho realizado por Cláudia de Freitas (2006), *Em busca de um bom médico quando ‘a saúde não tem fronteiras’: percepções dos Cabo-Verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda*.

4.6-Os Direitos dos Imigrantes

Nesta temática podemos encontrar referência a subtemas que tentam demonstrar a pertinência do estudo dos direitos humanos, civis, sociais, económicos, e culturais dos imigrantes. Os subtemas mais estudados nos textos que apresento em seguida são:

- a) Direito à reunificação familiar;
- b) Direitos de cidadania;
- c) Direito à protecção social dos imigrantes.

O trabalho coordenado por Maria Lucinda Fonseca (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, foi realizado devido às recentes alterações na legislação portuguesa relativa ao direito à reunificação familiar introduzidas pela nova lei que regula as condições de entrada, saída, permanência e expulsão dos estrangeiros de território nacional.¹⁸ Actualmente, adoptam-se as disposições comunitárias que exigem “uma real ligação do requerente ao país, nomeadamente a permanência legal durante um certo período de tempo”, optando-se, por razões humanitárias, pelo menor período de tempo fixado na Directiva Comunitária.¹⁹ Neste sentido, os resultados do estudo mostram que a família tem um papel determinante em todas as fases do processo migratório, decidindo quem parte e quem fica, quando se reúnem aos familiares imigrados (no caso de se optar pela reunificação familiar), redefine os papéis e as responsabilidades dos membros das famílias que estão no estrangeiro e que permanecem no país de origem, e decide o regresso ao país de proveniência ou uma nova migração para um destino alternativo. Para além disso, o trabalho demonstra que a utilização da figura legal da reunificação familiar tende a aumentar à medida que vão crescendo as dificuldades de migração legal por outras vias, e a existência de numerosas situações irregulares que se repercutem negativamente nas condições de vida das famílias imigrantes afectadas por esse problema.

No trabalho de Jorge Pereira da Silva (2004), *Direitos de cidadania e direito à cidadania*, procede-se primeiro à determinação do conteúdo imediato do direito fundamental à cidadania, identificando quem tem essa prerrogativa e em que circunstâncias e, seguidamente, à análise dos critérios aí utilizados para a atribuição da cidadania originária, bem como das conexões relevantes para a aquisição da cidadania derivada (filiação, casamento, adopção e residência), apontando as insuficiências e distorções encontradas.

O trabalho realizado por Gonçalo Saraiva Matias e Patrícia Fragoso Martins (2007), *A convenção internacional sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias*, pretende debater a necessidade de ratificar o texto da Convenção por parte dos Estados. O ponto gerador de maior polémica na Convenção e, porventura, aquele que mantém afastados os Estados da sua ratificação,

¹⁸ Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de Fevereiro.

¹⁹ O menor período de tempo fixado pela Directiva Comunitária é de um ano.

é o tratamento que dedica aos trabalhadores migrantes em situação irregular. Existem hoje aspectos importantes, como a imigração ilegal, que assumiu proporções nunca imaginadas e tornou-se uma das principais preocupações dos Estados desenvolvidos. No entanto, as Convenções Internacionais em matéria de Direitos Humanos e as Constituições destes países reconhecem a generalidade dos direitos fundamentais a todas as pessoas independentemente da sua nacionalidade ou da regularidade da sua presença num determinado Estado.

Por último, o trabalho realizado por Pedro Duarte Silva (2005), *A protecção social da população imigrante: quadro legal, estudo comparado e proposta de reforço*, pretende analisar a questão da protecção social com especial ênfase na portabilidade ou pagamento internacional de prestações, designadamente em casos de regresso ao país de origem. Os resultados deste estudo mostram que Portugal apresenta um elevado grau de protecção social, tanto em termos de segurança social como de saúde da população imigrante. No entanto, observa-se a existência de uma lacuna quanto à protecção específica dos trabalhadores imigrantes que abandonam o país sem terem logrado cumprir os prazos de garantia do sistema previdencial da segurança social. Por isso, foi apresentado uma proposta de criação de um fundo que contraria esta questão. A grande diferença está no facto desta proposta não afectar o rendimento permanente e garantir a concessão do capital no período do ciclo de vida mais adequado.

O estudo dos direitos humanos, civis, sociais, económicos, e culturais dos imigrantes revela a escassez de trabalhos de investigação sobre esta temática. As leis directivas e comunitárias existentes que regulam a vinda e a fixação das populações migrantes nos países de acolhimento, por vezes, centram-se na via da reunificação familiar. No entanto, existem outros critérios e formas de fixação que poderia ser tomados em conta, como por exemplo os vistos de estudante e de trabalhador. Para além disso, a temática dos direitos também aborda a entrada legal e/ou ilegal nos países de destino e as políticas de protecção social dos imigrantes. Estas políticas estão no centro dos trabalhos de investigação quando se fala no tipo de prestações da segurança social e nos direitos dos trabalhadores imigrantes. Por último, os direitos civis e de cidadania são um fenómeno ainda pouco abordado, resumindo-se às medidas de legalidade e permanência dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, e

negligenciando a pertinência de estudos sobre o direito ao voto e/ou o direito à nacionalidade.

4.7-Outros Temas

Nesta última parte estão expressos alguns textos, trabalhos de investigação e algumas obras que fazem referência a vários temas que não estão contemplados em nenhum dos temas anteriores. Neste sentido, este subtítulo aborda aspectos relacionados com:

- a) O impacto da imigração no desenvolvimento dos países de acolhimento;
- b) O impacto da imigração no desenvolvimento dos países de origem;
- c) As políticas e medidas de incentivo à imigração;
- d) Outros subtemas.

O estudo desenvolvido por André Corrêa D'Almeida e Pedro Duarte Silva (2007), *Impacto da Imigração em Portugal nas contas do Estado*, pretende saber se a presença de estrangeiros em Portugal tem um efeito positivo ou negativo nas contas do Estado Português. Apesar de a imigração ser muitas vezes considerada negativa para o país, o resultado do estudo revela aparentemente um benefício líquido para as contas do Estado.

O trabalho desenvolvido por Maria João Valente Rosa, Hugo de Seabra e Tiago Santos (2003), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira*, procura perceber em que medida a demografia recente de Portugal é sensível à imigração e à presença de estrangeiros no território português. Com este estudo foi possível constatar que, embora as populações de nacionalidade estrangeira sejam demograficamente diversas e ainda representem uma magra fatia da população residente em Portugal,²⁰ as suas interferências no sistema demográfico português já assumem alguma importância, em especial no caso das dinâmicas populacionais - quer global, quer natural - e na composição etária. Com efeito, no contexto da globalização, a diversificação dos fluxos migratórios é uma tendência que se afirma com progressiva nitidez, em detrimento das relações clássicas entre países. Tudo leva, assim, a crer que a imigração só, em parte, possa ficar afectada pelas restrições que venham a ser impostas neste domínio.

²⁰ Segundo o Censo de 2001 as populações de nacionalidade estrangeira representam 2,2% da população residente em Portugal.

O trabalho de André Corsino Tolentino, Carlos Manuel Rocha e Nancy Curado Tolentino (2008) fala sobre *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo-Verde*. No presente, as remessas dos emigrantes cabo-verdianos são o fluxo de financiamento externo da economia cabo-verdiana mais estável. Os objectivos do estudo consistiram na avaliação da quantidade e proveniências das remessas enviadas pelos imigrantes cabo-verdianos em Portugal; na análise dos motivos e mecanismos das remessas financeiras e em produtos; e perceber o impacto destas remessas para o desenvolvimento de Cabo-Verde. Foi possível observar que se trata de um fenómeno estrutural e estruturante com impacto no financiamento dos imigrantes e suas famílias, na mudança social, cultural e política, no desenvolvimento nacional, e no equilíbrio físico e social do país. Os imigrantes cabo-verdianos têm uma influência directa nas relações internacionais de Cabo-verde; as embaixadas e os consulados de Cabo-Verde estão presentes nas grandes comunidades com essa origem no estrangeiro; e as remessas têm um papel vital na sobrevivência pessoal e são factores de transformação social.

O trabalho de Alexandre Abreu (2009), *As migrações internacionais e o desenvolvimento dos países de origem: impactos e políticas*, pretende examinar as relações entre as migrações internacionais e o desenvolvimento económico dos países emissores, bem como as implicações políticas dessas relações. Para este intuito, começa por analisar os impactes da emigração sobre o desenvolvimento dos países emissores e os impactes sobre os stocks dos diversos factores de produção. Em seguida, discute a versão preliminar de um modelo geral 'migrações-desenvolvimento'. Por último, apresenta a recensão de algumas das políticas mais comuns e/ou interessantes que têm vindo a ser adoptadas com o objectivo de maximizar os benefícios e minimizar os custos associados ao nexo 'migrações-desenvolvimento'. Com este processo é possível reexaminar os contributos da literatura 'migrações-desenvolvimento' a partir de uma perspectiva especificamente macroeconómica, de modo a contribuir para uma melhor compreensão de um dos mais cruciais e controversos aspectos da globalização.

O trabalho sobre *O discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 aos anos 80 e a Imigração dos anos 90 até à Actualidade*, realizado por Vanda Santos (2004), tem como propósito final incidir na análise global do discurso oficial do Estado bem

como a sua congruência diacrónica face à emigração desde os anos 60 até à actualidade, assim como realizar uma análise sincrónica referente ao discurso oficial sobre as comunidades portuguesas no mundo e sobre os imigrantes em Portugal. As conclusões do estudo indicam que o aparecimento de políticas concertadas em matéria de migrações surge com algum desfasamento no tempo. Nos anos 60, ainda, não eram visíveis políticas de emigração consolidadas, se tivermos em conta os fluxos migratórios que surgem a partir dos anos 50 para o Brasil e para os Estados Unidos da América. Esta política surge em meados dos anos 70, como consequência do fim do regime ditatorial e dos elevados fluxos emigratórios para a Europa, que se fizeram sentir a partir dos anos 60. Os fluxos imigratórios em Portugal surgem nos anos 80, com a independência das ex-colónias portuguesas, atingindo o seu auge a partir dos anos 90 com a imigração originária do Brasil e, posteriormente, dos países do Leste da Europa. Chegamos à conclusão que não existe uma relação directa e congruente entre o discurso oficial do Estado sobre a emigração, durante as épocas de 60/80 e o discurso oficial do Estado sobre imigração desde o início de 1990 até à actualidade. Contudo, é necessário ter em conta o enquadramento histórico de cada época, para entender de forma rigorosa as razões que levaram a tomar determinadas medidas.

O trabalho de Marina Kolarova e João Peixoto (2009) intitulado *Sindicatos e Imigração em Portugal* pretende investigar os novos desafios colocados à acção sindical e as consequências da imigração para a negociação colectiva. O estudo conclui que os sindicatos tiveram um papel importante no domínio da estruturação das políticas de imigração, efectuando a sua crítica e contribuindo para as alterações da legislação da imigração. O seu papel foi reforçado por algumas leis da imigração, que permitiram que pudessem comprovar a existência de relações de trabalho para a obtenção de autorização de residência. A nível de concertação social, o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) têm desempenhado um trabalho útil que vai ao encontro dos diferentes actores e discussão dos problemas da integração. O principal objectivo dos sindicatos tem sido o desenvolvimento de acções de anti-discriminação e anti-racismo no trabalho, a promoção da solidariedade e da inclusão dos trabalhadores imigrantes, e a defesa da sua força de trabalho complementar. Contudo, a actuação dos sindicatos portugueses, face aos imigrantes, encontra-se, em certa medida, dispersa segundo as linhas de diferenciação institucional do movimento sindical e o

número de imigrantes sindicalizados é desconhecido devido à falta de dados quantitativos.

Por último, no subtema 'Outros' encontramos algumas obras, trabalhos e estudos de investigação isolados dos restantes subtemas, como por exemplo o trabalho de Isabela Câmara Salim (2008) sobre *Os meios de comunicação étnicos em Portugal: dinâmica organizacional dos media das comunidades de imigrantes*; o trabalho desenvolvido por Joana Miranda Figueiredo (2005) sobre os *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento*; o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa e Teresa Lacerda (2007) sobre *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*; o trabalho organizado por Pedro Góis (2008) intitulado *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*; a edição nº 5 da Revista *Migrações – As Migrações entre Portugal e a América Latina* organizada por Beatriz Padilla e Maria Xavier (2009); o trabalho realizado por Bruno Dias, Elisa Silva, Rahul Kumar e Tiago Ralha (2009) sobre o *Acesso dos imigrantes aos serviços bancários em Portugal*; o trabalho realizado por Paulo Raposo e Paula Christofolletti Togni (2009) sobre *Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiros e portugueses: género e imigração*; e o trabalho realizado por Susana Pereira Bastos e José Gabriel Pereira Bastos (2006) intitulado *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes*.

A escolha desta última parte prende-se com o objectivo de enunciar e descrever alguns temas que não se encaixavam nas outras temáticas referidas. Tem como contributo para a visibilidade de outros fenómenos e situações sobre as questões da migração, no geral, e da imigração, em particular. Os dois temas mais referenciados nesta secção são os impactos da imigração para o desenvolvimento das economias dos países de origem e de destino, e as políticas e medidas de incentivo à imigração. Apesar da emergência destas novas questões no panorama académico, a sua abordagem é ainda pouco visível e redutora.

Conclusão

Ao longo deste relatório procurei dar conta das principais actividades realizadas durante o estágio na empresa Nomadis. Sendo uma empresa ligada ao estudo das comunidades imigrantes residentes em Portugal, o estágio foi preenchido pela construção de uma base de dados com diversas tabelas que apresentam informação variada para tornar o mais completo possível a informação disponível sobre os imigrantes em Portugal. Entre a informação disponível encontramos trabalhos realizados sobre esta matéria, entidades que estudam ou ajudam estas comunidades imigrantes residentes, dados, associações de imigrantes, embaixadas e consulados presentes no país.

A construção e o preenchimento desta base de dados possibilitou-me a familiarização com esta nova temática, que é a comunidade imigrante em Portugal, e com os diversos subtemas que ela engloba. Todo este trabalho permitiu perceber como Portugal passou de um país de emigrantes para acolhedor de imigrantes e quais as principais comunidades presentes em Portugal. Estes dados permitem observar que as principais comunidades de imigrantes residentes em Portugal são a Brasileira, a Ucrainiana, a Cabo-Verdiana, a Angolana, a Romena, a Guineense, a Moldava e a Chinesa. Por se tratar de uma temática ainda relativamente recente e em constante mudança, a informação disponível permanece algo escassa e não muito actual uma vez que os dados mais actuais datam de 2008. Quando se trata de um objecto de estudo tão volátil como são os imigrantes, dois anos constitui um espaço temporal de longo prazo e as alterações podem ser notórias. Dados mais recentes permitiriam, quiçá, medir os efeitos da crise económica em Portugal, permitindo aferir das suas consequências para as principais comunidades imigrantes residentes em Portugal.

Os dados permitiram ainda perceber a heterogeneidade e o multiculturalismo presente em Portugal assim como a grande concentração destas comunidades no distrito de Lisboa, apesar de esta tendência ter vindo a diminuir nos últimos anos. A entrada de um grande número de imigrantes brasileiros e da Europa de Leste veio alterar um pouco esta tendência já que se encontram espalhados por todo o país, e não estão concentrados quase exclusivamente em Lisboa como acontece com os imigrantes originários dos PALOP. Ainda a sublinhar o crescente aumento do número de mulheres entre a população imigrante que em alguns casos chega a ultrapassar o

número de homens originário de um dado país como no caso de Angola, Brasil e Cabo-Verde.

O tratamento da base de dados permitiu igualmente uma análise dos diversos trabalhos publicados pelo ACIDI, a partir dos quais foi possível identificar os principais subtemas ligados à imigração em Portugal. Como já foi dito no corpo do texto, a escolha dos textos do ACIDI deveu-se à necessidade de diminuir o número de obras, mantendo o mais completo possível a informação sobre esta temática. A variedade dos trabalhos e a qualidade dos mesmos foram alguns dos factores que ditaram esta escolha uma vez que o trabalho desenvolvido pelo alto comissariado procura uma visão global e integrada do fenómeno migratório, nas suas diferentes vertentes. Mas a ideia foi sobretudo a de identificar subtemas e disponibilizar diferentes opções de pesquisa (alguns por certo mais difíceis de analisar mas nem por isso menos importantes) sobre o tema aqui em análise.

Os principais temas analisados foram: 1) as mulheres imigrantes, 2) o mercado de trabalho, 3) a integração social, 4) o tráfico de imigrantes e a imigração ilegal, 5) os cuidados de saúde, 6) os direitos dos imigrantes, e 7) outros temas.

Do estágio realizado, retiro sobretudo a oportunidade de reforço da minha aprendizagem profissional e também pessoal. Destaco o trabalho de equipa, sobretudo na construção da base de dados, a responsabilidade, a familiarização com o contexto de trabalho, a aprendizagem de novas ferramentas de trabalho como o programa do Microsoft Office Access, e competências relacionais, operativas e técnicas.

O meu contributo para a empresa, através da realização do estágio curricular e da construção da base de dados, foi proveitoso, sobretudo, porque permitiu agrupar num só lugar toda a informação sobre os imigrantes residentes em Portugal. A ideia é pois, a de tornar mais facilitado o acesso à informação sobre a matéria uma vez que esta se encontra disponível, de fácil e rápido acesso. Para além disso, a identificação dos temas e dos subtemas ligados à temática da imigração em Portugal pode contribuir para a empresa poder abordar melhor estas questões em futuras investigações.

Bibliografia

Abranches, Maria (2007), *Pertenças fechadas em espaços abertos: estratégias de (re)construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Abreu, Alexandre (2009), *As migrações internacionais e o desenvolvimento dos países de origem: impactos e políticas*, Lisboa: ACIDI;

Andrade, Inês de Jesus Martins (2008), *Geografia da saúde da população imigrante na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIDI;

Araújo, Sónia Almeida (2008), *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*, Lisboa: ACIDI;

Baganha, M. I.; Marques, J. C.; Góis, P. (2009), “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica”. *Ler História* nº56. Lisboa: ISCTE;

Bastos, Susana Pereira; Bastos, José Gabriel Pereira (2006), *Filhos diferentes de deuses diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa: ACIME;

Carvalho, Amélia et. al. (2009), *Revista Migrações* nº 4, Lisboa: ACIDI;

Carvalho, António João Vidal de; Azevedo, Ana Isabel Rojão Lourenço; Silva, António José Abreu da (2008), *Bases de dados com microsoft access 2007*, Lisboa: Centro Atlântico;

Carvalho, Lourenço Xavier de (2007), *Os limites da formalidade e o trabalho imigrante em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Carvalho, Lourenço Xavier de (2004), *Impacto e reflexos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas: uma visão qualitativa*, Lisboa: ACIME;

Casimiro, Elsa (2008), *Percursos escolares de descendentes de imigrantes de origem cabo-verdiana em Lisboa e Roterdão*, Lisboa: ACIDI;

Castro, Fátima Velez de (2008), *A Europa do outro – A imigração em Portugal no início do século XXI: estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*, Lisboa: ACIDI;

Costa, João Paulo Oliveira; Lacerda, Teresa (2007), *A interculturalidade na expansão portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa: ACIME;

Cunha, Isabel Ferin; Santos, Clara Almeida; Silveirinha, Maria João; Peixinho, Ana Teresa (2004), *Media, imigração e minorias étnicas*, Lisboa: ACIME;

Cunha, Isabel Ferin; Santos, Clara Almeida; Valdigem, Catarina; Filho, Willy (2006), *Media, imigração e minorias étnicas II*, Lisboa: ACIME;

D'Almeida, André Corrêa; Silva, Pedro Duarte (2007), *Impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*, Lisboa: ACIDI;

Dias, Bruno; Silva, Elisa; Kumar, Rahul; Ralha, Tiago (2009), *Acesso dos imigrantes aos serviços bancários em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Dias, Sónia Ferreira; Rocha, Cristianne Famer; Horta, Rosário (2009), *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: um estudo qualitativo*, Lisboa: ACIDI;

Dias, Sónia et. al. (2007), *Revista Migrações nº 1: Imigração e Saúde*, Lisboa: ACIDI;

Dias, Sónia; Gonçalves, Aldina (2007), "Migração e saúde" in *Revista Migrações nº1*, Lisboa: ACIDI;

Faustino, Horácio C.; Peixoto, João; Baptista, Patrícia (2009), *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*, Lisboa: ACIDI;

Ferin, Isabel; Santos, Clara Almeida; Filho, Willy; Fortes, Ilda (2008), *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*, Lisboa: ACIDI;

Ferreira, Eduardo de Sousa; Rato, Helena; Mortágua, Maria João (2004), *Viagens de Ulisses: efeitos da imigração na economia portuguesa*, Lisboa: ACIME;

Figueiredo, Joana Miranda (2005), *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto Europeu?* Lisboa: ACIME;

Filho, Willy Pereira da Silva (2008), *Imagem do imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português*, Lisboa: ACIDI;

Fonseca, Maria Lucinda (COORD); Ormond, Meghann; Malheiros, Jorge; Patrício, Miguel; Martins, Filipa (2005), *Reunificação familiar e imigração em Portugal*, Lisboa: ACIME;

Freitas, Cláudia de (2006), *Em busca de um bom médico quando 'a saúde não tem fronteiras': Percepções dos Cabo-Verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda*, Lisboa: ACIME;

Góis, Pedro, et. al. (2008), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI;

Góis, Pedro; Marques, José Carlos (2007), *Estudo prospetivo sobre imigrantes qualificados em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Góis, Pedro (2006), *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão* Lisboa: ACIME;

Kolarova, Marina; Peixoto, João (2009), *Sindicatos e imigração em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Lages, Mário F.; Policarpo, Verónica M.; Marques, José Carlos L.; Matos, Paulo Lopes; António, João Homem Cristo (2006), *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*, Lisboa: ACIME;

Lopes, Lídia Correia (2007), *Gravidez e seropositividade em mulheres imigrantes na região de Lisboa*, Lisboa: ACIDI;

Malheiros, Jorge Macaísta (2007), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Malheiros, Jorge Macaísta; Mendes, Manuela; Barbosa, Carlos Elias; Silva, Sandra Brito; Schiltz, Aline; Vala, Francisco (2007) *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIME;

Manuel, Helena Isabel Borges (2007), *Conhecimentos, atitudes e práticas sobre planeamento familiar de mulheres timorenses residentes em Portugal*, Lisboa: ACIME;

Marques, João Filipe (2007), *Do «não racismo» português aos dois racismos dos portugueses*, Lisboa: ACIDI;

Marques, M. Margarida; Martins, Joana Lopes (2005), *Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento: a escola perante a diversidade*, Lisboa: ACIME;

Matias, Ana (2007), *Imagens e estereótipos da sociedade portuguesa sobre a comunidade chinesa: interacção multissecular via Macau*, Lisboa: ISCTE;

Matias, Gonçalo Saraiva; Martins, Patrícia Fragoso (2007), *A convenção internacional sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias: perspectivas e paradoxos nacionais e internacionais em matéria de imigração*, Lisboa: ACIDI;

Miranda, Joana (2009), *Mulheres imigrantes em Portugal: emórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, Lisboa: ACIDI;

Mirotshnik, Viktoria (2008), *Integração e escola em populações imigrantes da ex-URSS*, Lisboa: ACIDI;

Monteiro, Ivete (2007), *Ser mãe hindu: práticas e rituais relativos à maternidade e aos cuidados à criança na cultura hindu em contexto de imigração*, Lisboa: ACIDI;

Nico, Magda Lalandá; Gomes, Natália; Rosado, Rita; Duarte, Sara (2007), *Licença para criar: imigrantes nas artes em Portugal*, Lisboa: ACIME;

Oliveira, Ana; Galego, Carla; Godinho, Laura (2005), *A mediação sócio-cultural: um puzzle em construção*, Lisboa: ACIME;

Oliveira, Catarina Reis de; Rath, Jan et. al.(2008), *Revista Migrações nº3: Empreendedorismo Imigrante*, Lisboa: ACIDI;

Oliveira, Catarina Reis de (2008), *Empresários de origem imigrante: estratégias de inserção económica em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Oliveira, Catarina Reis de (2005), *Empresários de origem imigrante: estratégias de inserção económica em Portugal*, Lisboa: ACIME;

Oliveira, Catarina Reis de (2004), *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, Lisboa: ACIME;

Padilla, Beatriz; Xavier, Maria, et. al. (2009), *Revista Migrações nº5: migrações entre Portugal e América Latina*, Lisboa: ACIDI;

Peixoto, João et. al. (2008), *Revista Migrações n° 2: imigração e mercado de trabalho*, Lisboa: ACIDI;

Peixoto, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes” in *Revista Migrações n°2: imigração e mercado de trabalho*, Lisboa: ACIDI pp 19-46;

Peixoto, João; Soares, António Goucha; Costa, Paulo Manuel; Murteira, Susana; Pereira, Sónia; Sabino, Catarina (2005), *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*, Lisboa: ACIME;

Pereira, Sónia; Sabino, Catarina; Murteira, Susana (2005), “Estado da arte” in *O tráfico de imigrante em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*, Lisboa: ACIME;

Possidónio, Dora (2006), *Descendentes de angolanos e de luso-angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: inserção geográfica e social*, Lisboa: ACIME;

Pussetti, Chiara; Ferreira, Júlio F.; Lechner, Elsa; Santinho, Cristina (2009), *Migrantes e saúde mental: a construção da competência cultural*, Lisboa: ACIDI;

Raposo, Paulo; Togni, Paula Christofolletti (2009), *Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiros e portugueses: género e imigração*, Lisboa: ACIDI;

Rebelo, Emília Maria Malcata e Paiva, Luís Tiago (2006), *Planeamento urbano para a integração de imigrantes*, Lisboa: ACIME;

Reis, José et. al.(2010), *Imigrantes em Portugal: economia, pessoas, qualificações e territórios*, Coimbra: Almedina;

Rosa, Maria João Valente; Seabra, Hugo de; Santos, Tiago (2003), *Contributos dos “imigrantes” na demografia portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Lisboa: ACIME;

Rosales, Marta Vilar; Jesus, Vanessa Cantinho de; Parra, Susana (2009), *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na região metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIDI;

Rosário, Edite; Santos, Tiago (2008), *Quanto custa ser imigrante?*, Lisboa: ACIDI;

Salim, Isabela Câmara (2008), *Os meios de comunicação étnicos em Portugal: dinâmica organizacional dos media das comunidades de imigrantes*, Lisboa: ACIDI;

Santos, Clara Almeida (2007), *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: análise do ano 2003*, Lisboa: ACIDI;

Santos, Vanda (2004), *O discurso oficial do estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa: ACIME;

Seabra, Hugo Martinez de; Santos, Tiago (2006), *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização*, Lisboa: ACIME;

Seabra; Hugo Martinez de; Santos, Tiago (2005), *A criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico*, Lisboa: ACIME;

Seabra; Hugo Martinez de (2005), *Delinquência a preto e branco: Estudo de jovens em reinserção*, Lisboa: ACIME;

SEF (2008), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*, Lisboa: SEF;

Silva, Jorge Pereira da (2004), *Direitos de cidadania e direito à cidadania*, Lisboa: ACIME;

Silva, Pedro Duarte (2005), *A protecção social da população imigrante*, Lisboa: ACIME;

Sousa, José Edmundo Xavier Furtado (2006), *Os imigrantes ucranianos em Portugal e os cuidados de saúde*, Lisboa: ACIME;

Tolentino, André Corsino; Rocha, Carlos Manuel; Tolentino, Nancy Curado (2008), *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo-Verde*, Lisboa: ACIDI;

Trindade, Maria Beatriz Rocha (2003), *A Imigração em Portugal: e agora?* Fafe: V Jornadas de História Local;

Vilaça, Helena (2008), *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste*, Lisboa: ACIDI;

Xavier, Maria (2007), *Redescobrimo o Brasil: processos identitários de brasileiros em Portugal*, Lisboa: ACIDI;

Páginas da Internet

Internacional Organization for Standardization (2009), consultada no dia 16 de Dezembro em:

http://www.iso.org/iso/english_country_names_and_code_elements

Internacional Telecommunication Union (2009), consultada no dia 24 Novembro 2009 em:

http://www.itu.int/dms_pub/itu-t/opb/sp/T-SP-E.164D-2009-PDF-E.pdf

Jornal Público (2009), consultado no dia 10 Outubro em:

http://economia.publico.pt/Noticia/segundo-melhor-ninho-de-empresas-do-mundo-esta-em-coimbra_1365070

Psicologia (2008), consultada no dia 24 de Novembro 2009 em:

http://www.psicologia.com.pt/profissional/projectos/ver_entidades.php?id=C60018&cod=C6-B

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009), consultada no dia 24 Novembro 2009 em:

<http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/page.aspx>

Anexo

I.1-Referências

Título	Autor(es)	Ano	ISBN / ISSN	Dispon	URL	Texto anexado	Palavras-Chave
Imagem do imigrante brasileiro	Willy Pereira da Silva	2008	9789898000536	Nomadis		⓪(1)	Integração social, J
A escola e a escolarização em F. António Joaquim So		2005	9789898000491	Nomadis		⓪(1)	Insucesso escolar,
Empresários de origem imigrat	Catarina Reis de Oliveira	2005	9898000147	Nomadis		⓪(1)	Estratégia empres
Os imigrantes ucranianos em P.	José Edmundo Xavier	2006	9898000198	Nomadis		⓪(1)	
A Europa do outro - a imigraçã	Fátima Velez de Castro	2008	9789898000507	Nomadis		⓪(1)	Migrações internac
Os meios de comunicação étni	Isabel Câmara Salim	2008	9789898000576	Nomadis		⓪(1)	Migrações internac
A importância e o impacto das	André Corsino Toler	2008	9789898000477	Nomadis		⓪(1)	Imigrantes cabov
Imigração e criminalidade: cal	Maria João Guia	2008	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Migrações internac
Mapa de boas práticas : acolhir	Maria Lucinda Fonseca	2007	9789290684138	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Imigração portugu
Os limites da formalidade e o t	Lourenço Xavier de	2007	9789898000453	Nomadis		⓪(1)	Imigração portugu
Redescobrir o Brasil : proces	Maria Xavier	2007	9789898000347	Nomadis		⓪(1)	Migrações internac
Imagens de mulheres imigrant	Clara Almeida Santo	2007	9789898000408	Nomadis		⓪(1)	Mulheres imigrant
Licença para criar : imigrantes r	Magda Lalanda Nico	2007	9789898000385	Nomadis		⓪(1)	Sociologia das mig
Imigração brasileira em Portug	Jorge Macaísta Malh	2007	9789898000305	Nomadis		⓪(1)	Imigração, Brasil, P
Empresários de origem cabo-v	Catarina Reis de Oliveira	2005	ND	Nomadis		⓪(1)	Caboverdianos, Im
Vozes e olhares de fronteira : c	Carlos Elias Monteir	2006	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Sociologia das mig
Migrações, mobilidade e globa	Mónica Santos	2006	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Migrações internac
A criminalidade de estrangeir	Hugo Martínez de Se	2006	9898000112	Nomadis		⓪(1)	Imigração, Crimina
Vento de Leste : a nova imigr	Pedro Filipe Santos	2004	9729916233	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Imigração, Portuga
O terceiro sector imigrante e a	Sónia Pires	2004	ND	Nomadis		⓪(1)	Sociologia das mig
As características da imigração	Horácio C. Faustino;	2009	978989800075C	Nomadis		⓪(1)	Imigração, Comérc
Conhecimentos, atitudes e prá	Helena Isabel Borge	2007	9789898000323	Nomadis		⓪(1)	Sociologia da saúde
Estudo prospectivo sobre imigr	Pedro Góis; José Car	2007	9789898000422	Nomadis		⓪(1)	Imigração portugu
Geografia da saúde da populaç	Inês de Jesus Martin	2008	9789898000552	Nomadis		⓪(1)	Imigração portugu
Bibliografia sobre a imigração	Maria Ioannis Bagan	2006	ND	Nomadis		⓪(1)	
Hora di Bai : novas tendências	Marta Travassos de	2004	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Sociologia das mig
A imigração em Portugal	Inês de Drummond	2004	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Imigração, Portuga
A imigração em Portugal : os m	Alexandra Rosa	2002	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Imigração, Portuga
A comunidade caboverdiana e	Ana de Saint-Mauric	1992	9729219559	Biblioteca	http://webc	⓪(0)	Emigrantes cabo-v
Residentes estrangeiros em P.	Sónia da Estreani	1999	ND	Faculdade	http://webc	⓪(0)	Imigração, Estrefe

I.2-Entidades Nacionais

Nome	Acroním	Morada	Código-Posto	País	Telefone	Telefone	Fax	E-Mail	E-Mail	URL	OT
Instituto Nacional de INE		Avenida Antc 1000-043 LISBOA		PORTUGAL	808 201 808	226 050 748	218 426 364	info@ine.pt	ine@ine.pt	www.ine.pt	
Serviço de Estrangeir SEF		Avenida Casa 2734-506 BARÇA		PORTUGAL	214 236 200	965 903 600	214 236 640	sef@sef.pt	relpublicas@s	www.sef.pt	
Alto Comissariado pai ACIDI		Rua Álvaro Cc 1150-025 LISBOA		PORTUGAL	218 106 100		218 106 117	acidi@acidi.g		www.acidi.g	
International Organiz IOM		Rua José Este 1150-201 LISBOA		PORTUGAL	213 242 940		213 242 949	iomlisbon@io		www.iom.int/	
Centro Nacional de A CNAI-Lisb		Rua Álvaro Cc 1150-025 LISBOA		PORTUGAL	228 106 100		228 106 117	acidi@acidi.g		www.acidi.g	
Centro Nacional de A CNAI-Porto		Rua do Pinhe 4050-484 PORTC		PORTUGAL	222 073 810		222 073 817	geral.cnai-po@		www.cnai-po@	
Centro Nacional de A CNAI-Faro		Loja do Cidad 8000-151 FARO		PORTUGAL				informacoes@		www.acidi.g	
Gabinete de Apoio Té GATAI		Rua Álvaro Cc 1150-025 LISBOA		PORTUGAL	218 106 165	963 283 035	218 106 165	gatal@acidi.g		www.acidi.g	
Centro de Document		Rua Álvaro Cc 1150-025 LISBOA		PORTUGAL	218 106 170		218 106 117	centro.docum		www.acidi.g	
Comunidade dos País CPLP		Rua de São Cc 1200-829 LISBOA		PORTUGAL	213 928 560		213 928 588			www.cplp.org	
Ministério dos Negóc MNE		Palácio das N 1399-030 LISBOA		PORTUGAL	213 946 000					www.mne.gov	
Direcção Geral dos As		Largo do Rivv 1399-030 LISBOA		PORTUGAL	213 946 901		213 946 980	correio@dgacc		www.secomur	
Instituto Camões, I.P. IC		Rua Rodrigue 1150-279 LISBOA		PORTUGAL	213 109 100		213 143 987	icgeral@insti		www.instituto	
Autoridade para as Co		Avenida Casa 1000-092 LISBOA		PORTUGAL	213 308 700		213 308 710	geral@act.gov		www.act.gov	
Acordos de Brasília		Rua Conselhe 1649-002 LISBOA		PORTUGAL	217 115 000		217 140 332	sef@sef.pt		www.imigran	
Comissão para a Igual CITE		Rua Viriato, n 1050-233 LISBOA		PORTUGAL	217 803 700	217 803 709	213 104 661	cite@cite.g		www.cite.g	
SOS Racismo - Lisboa		Quinta da Tor 1750-000 LISBOA		PORTUGAL	217 552 700		217 552 709	sosracismo@g		www.sosracis	
SOS Racismo - Porto		Rua do Almac 4050-032 PORTC		PORTUGAL	220 935 397			sosracismoport		www.sosracis	
Cruz Vermelha Portug CVP		Jardim 9 de A 1249-083 LISBOA		PORTUGAL	213 913 900		213 913 993	sede@cruzver		www.cruzvern	
Comissão para a Igual CICDR		Rua Álvaro Cc 1250-025 LISBOA		PORTUGAL	218 106 100		218 106 117			www.cicdr.pt	
Unidade de Apoio à V UAUVIDRE		Rua José Estê 1150-201 LISBOA		PORTUGAL	707 200 077	213 587 900				www.apav.pt	
Conselho Português p CPR		Av. Vergílio F. 1950-339 LISBOA		PORTUGAL	218 314 372			218 375 072	geral@cpr.pt	www.cpr.pt	
Voluntariado Internac VIDA		Cç do Combrc 1200-111 LISBOA		PORTUGAL	213 433 022			213 422 021	vida@vida.org	www.vida.org	
Amnistia Internaciona		Av. Infante Si 1350-179 LISBOA		PORTUGAL	213 861 664	213 861 652	213 861 782	aiportugal@an		www.amnistia	
Observatório da Emigr		Av. Visconde 1049-061 LISBOA		PORTUGAL	217 929 700	217 929 744	217 929 799	observatorio@		www.observat	

1.3-Entidades Internacionais

País	Nome	Acrónimo	Morada	Código I	Cidade	Indi	Telefone	Fax	E-Mail	E-Mail	URL
SWITZERLAND	International C IOM		des Morillons CH-1211		Genève	+41	22717 9111	22798 6150	hq@iom.int	info@iom.int	www.iom.int
SWITZERLAND	International I ILO		des Morillons CH-1211		Genève	+41	22 799 6111	22 798 8685	ilo@ilo.org		www.ilo.org
IRELAND	European Four Eurofound		ghlinstown, 18		Dublin	+353	1 2043100	1 2826456			www.eurofou
CAPE VERDE	Instituto das Cc IC		e Sto António" C.P. 237		Praia	+238	260 79 00	261 40 26			www.ic.cv
UNITED STATE	Migration Poli MPI		t NW Suite 300 DC 20036		Washington	+1	(202) 266-194	(202) 266-1900	info@migratio	Communicatio	www.migratio
CAPE VERDE	Centro de Apo		nal de Contas)		Santiago	+238	2624120		campo@aipag		www.aipaglob
BELGIUM	European Coui ECRE		146, 2nd Floor 1000		Brussels	+32	2 234 3800	2 514 5922	ecre@ecre.org		www.ecre.org
BELGIUM	Rede Europeia		ue du progrès 1030		Brussels	+32	2-2741435	2-2741438	info@decemb		www.decemb

1.4-País

CodPaís	ITU-T E164	País	ISO 3166-2	Dados SEF	Observação	Adicionar Novo Campo
1	+93	AFGHANISTAN	AF	0(1)		
2	+358	ÅLAND ISLANDS	AX	0(0)		
3	+355	ALBANIA	AL	0(1)		
4	+213	ALGERIA	DZ	0(1)		
5	+1	AMERICAN SAMOA	AS	0(0)		
6	+376	ANDORRA	AD	0(1)		
7	+244	ANGOLA	AO	0(1)		
8	+1	ANGUILLA	AI	0(0)		
9	+672	ANTARCTICA	AQ	0(0)		
10	+1	ANTIGUA AND BARBUDA	AG	0(0)		
11	+54	ARGENTINA	AR	0(1)		
12	+374	ARMENIA	AM	0(1)		
13	+297	ARUBA	AW	0(0)		
14	+61	AUSTRALIA	AU	0(1)		
15	+43	AUSTRIA	AT	0(1)		
16	+994	AZERBAIJAN	AZ	0(1)		
17	+1	BAHAMAS	BS	0(1)		
18	+973	BAHRAIN	BH	0(1)		
19	+880	BANGLADESH	BD	0(1)		
20	+1	BARBADOS	BB	0(1)		
21	+375	BELARUS	BY	0(1)		
22	+32	BELGIUM	BE	0(1)		
23	+501	BELIZE	BZ	0(1)		
24	+229	BENIN	BJ	0(1)		
25	+1	BERMUDA	BM	0(1)		
26	+975	BHUTAN	BT	0(1)		
27	+591	BOLIVIA, PLURINATIONAL STATI	BO	0(1)		
28	+387	BOSNIA AND HERZEGOVINA	BA	0(1)		
29	+267	BOTSWANA	BW	0(1)		
30		POLYNESIA	PV	0(0)		

1.5-Embaixadas e Consulados

Nome	Morada	Código Postal	Telefone	Telefone	Fax	E-Mail	E-Mail	URL
África do Sul	Av. Luís Bivar, 10	1069-028 LISBOA	213 192 200		213 555 931	admin@emba		http://www.ii
Embaixada da Alemanha	Campo dos Mártires da Pátria, 38	1169-043 LISBOA	218 810 210		218 853 846	info@lissabon		http://www.ii
Consulado Geral da Alemanha	Avenida da França, 20-6º	4050-275 PORTO	226 052 810		226 052 819	consulado-alei		http://www.ii
Embaixada de Angola	Av. da República, 68	1069-213 LISBOA	217 961 830	217 967 041	217 971 238	emb.angola@e		http://www.e
Consulado Geral de Angola	Rua Alexandre Herculano, 352 - 5.	4000-053 PORTO	222 058 827	222 058 902	222 050 328			
Arábia Saudita	Av. do Restelo, n.º 42	1400-315 LISBOA	213 041 750		213 014 209			
Argélia	Rua Duarte Pacheco Pereira, 58 R.	1400-140 LISBOA	213 041 520		213 010 393	embaixada-arg		http://www.e
Argentina	Av. João Crisóstomo, 8 r/c Esq.	1000-178 LISBOA	217 977 311	217 959 223	217 959 225	embargpi@me		
Austrália	Avenida da Liberdade, 200 - 2º	1250-147 LISBOA	213 101 500		213 101 555	austemb.lisbo		http://www.p
Áustria	Av. Infante Santo, 43-4.º	1399-046 LISBOA	213 958 220		213 958 224	lissabon-ob@k		
Bélgica	Praça Marquês de Pombal, 14-6.º	1269-024 LISBOA	213 170 510		213 561 556	lisbon@diplot		http://www.d
Brasil (Embaixada)	Quinta de Mil Flores Estrada das L	1649-021 LISBOA	21724 8510		217 267 623	geral@embaix		http://www.e
Brasil (Consulado Geral)	Praça Luís de Camões, n.º 22 - 1.º a	1200-243 LISBOA	213 220 100		213 473 926	consbras.lisbo		http://www.ct
Bulgária	Rua do Sacramento à Lapa, 31	1200-792 LISBOA	213 979 272		213 979 272	ebul@mail.tel		
Cabo Verde	Avenida do Restelo, 33	1449-025 LISBOA	213 041 440		213 041 466	info@embcv.p		http://www.e
Canadá	Avenida da Liberdade, 198/200, 3.	1269-121 LISBOA	213 164 600		213 164 693	lsbon@interna		http://geo.int
República Checa	Rua Pêro de Alenquer, 14	1400-294 LISBOA	213 010 487		213 010 629	lisbon@emba:		http://www.r
Chile	Av. Miguel Bombarda, 5 - 1.º	1000-207 LISBOA	213 148 054	213 524 680	213 150 909	embachile@nr		http://www.e
China	Rua de S. Caetano, 2 (à Lapa)	1249-024 LISBOA	213 932 260		213 901 040	chinaemb_pt@		http://pt.chine
Chipre	Av. da Liberdade, 229 - 1.º	1250-142 LISBOA	213 194 180		213 194 189	chipre@elix.pt		
Colômbia	Palácio Sottomayor Av. Fontes Pe	1050-121 LISBOA	213 188 480		213 188 499	embajada@en		http://www.e
Congo	Av. Fontes Pereira de Melo 31 - 7.	1050-117 LISBOA	213 522 895		213 544 862			
Coreia	Edifício Presidente Av. Miguel Bo	1050-165 LISBOA	217 817 130					
Croácia	Rua D. Lourenço de Almeida, 24	1400-126 LISBOA	213 021 033	213 021 053	213 021 251			
Cuba	Rua Pero da Covilhã, 14	1400-297 LISBOA	213 041 860	213 041 868	213 011 895	embaixada.cul		http://pwp.ne
Egipto	Av. D. Vasco da Gama, 8	1400-128 LISBOA	213 018 301	213 018 323	213 017 909	egyptembassy		
Eslóvaquia	Av. Fontes Pereira de Melo, 19, 7.	1050-116 LISBOA	21 3583309		21 3583300	emsllovak@me		
Eslóvenia	Av. da Liberdade, 49, 6.º Esq.	1250-139 LISBOA	213 423 301		213 423 305	vl@mmz-dkp.s		
Espanha (Embaixada)	Rua do Salitre, 1	1269-052 LISBOA	213 472 381	213 472 382	213 472 384	emb.lisboa@n		http://www.e
Espanha (Consulado Geral)	Rua D. João IV, 241	4000 200 PORTO	226 262 816	226 262 840	226 262 814	embport@n		http://www.e

1.6- Associações de Imigrantes

Nome	Morada	Código Post	Telefone	Telefone	Fax	E-Mail	E-Mail	URL
AACILUS - Associação c	Praça do Marquês de Pom	4000-391 PORT	223 325 175		223 325 175	portal@aacilus.o	aacilus@hotmail	www.aacilus.c
ACAS - Associação Lus	Rua João XXIII, Bloco A, Lo	2635-173 RIO E	219 203 371	964 747 991	219 203 371	acas_sintra@hotr	acas-sintra@se	
AAEA - Associação de	Alto do Lumiar, Lote 7.13	1100-001 LISBC	218 880 558	218 135 936	+351 214 170 0	africanova@gmail		
ACOSP - Associação da	Ed. das Portas de Benfica,	1500-584 LISBC	96 8274476					
ACRAM - Associação Cl	Praceta da Venezuela - Ba	9000-127 FUNC				E-mail: acram@nr		
ACSSC - Associação Cal	Rua de Ferreira, 2 - Aparta	7520-195 SINES	269 636 878	966 664 692	269 634 733	a_caboverdeana_		
ACBBA - Associação Co	Bairro Novo-Estrada Milite	2700-000 AMAI	96 7910485					
ACVS - Associação Cabi	R. Antigo Olival 8 - E - 11	2910-060 SET	265 761 002	936 502 292	265 771 002	acvsetubal@hotn		
ADA - Associação Defe			919 486 526					
ADIME - Associação pai	Rua 25 de Abril , Antigo Ba	2845-166 AMO	212 252 194					
AFAIJE - Associação do	Bairro Novo do Pinhal, lot	2675-363 ODIV	96 6105398					
AGENOVA - Associaçã	Av. João Paulo II, Lote 551	1950-154 LISBC	967 475 295			agenova@clix.pt		
AGPD - Associação Gui	Rua Clemente Vicente, 9 F	1495-716 CRUZ	21 414 56 41		21 414 56 43	bissau.agpd@net		http://agpd-gu
AGUINENSO - Associaç	Av. João Paulo II, lote 528-	1950-430 LISBC	21 837 04 36	218 370 597	21 837 02 87	aguinenso@clix.p		www.aguinen
AGUIPA - Associação G	Av. da Cintura do Porto de	1200-304 LISBC	213 971 305		213 971 305	aguipa95@yahoo		
AICA - Associação dos	Rua José Alves da Cunha, i	2810-000 ALIM4	21 08 649 55			aica-associacao@		
AIPA - Associação dos	Rua do Mercado, nº 53 H -	9500-326 PONT	296 286 365		296 281 623	aipa@clix.pt	aipa@aipa-azc	http://www.ai
AMIZADE - Associação	Rua Padre Joaquim das Ne	4435-776 BAGL	224 884 077		224 884 077	amizade_lestef		
AMRT - Ass. Melhoram	Estrada Militar, Talude n.º	2680-436 UNHC	219 418 314	965 736 052	219 418 314			
APALGAR - Associação	Rua do Leste, Edifício Cart	8125-201 QUAIF	289 389 585		289 389 585	aapalgar@hotmail		
APOLIAR - Associação	Rua Pêro da Covilhã, 145 -	2765-183 ESTO	21 486 98 81		21 486 98 82	apoliar@netcabo. mail@apoliar.c		www.apoliar.o
ARACODI - Associação	Rua João Santos, 75 - 1º Pi	2675-000 ODIV	21 9322921					
ASAP - Associação Ang	Rua Capitães de Abril, nº 3	2700-000 AMAI	21 4740032					
ASLI - Associação Apoi	Quinta da Torrinha, Área 3	1750-391 LISBC	217 553 727		217 553 727			
Associação Espaço Jov	Rua C Bairro de Santa Filor	2700-000 AMAI	96 643 01 88		214 927 009	espacojovem3@f	chido25@hotmail	
ASSIA - Associação de	Praceta José Fontana n.º 4	2680-304 APEL	213 143 366		213 143 366			
Associação Brasileira	Rua Fernando Pessoa, lote	2865-650 FERN	212 129 132		212 129 133	ricardopessoa@ri		
Associação Caboverde	Rua Duque de Palmela, nº	1250-098 LISBC	213 593 367		213 593 368	secretaria-acv@m	info-acv@mail	www.acabove
Associação Caboverdi	Rua do Antigo Olival, nº 8,	2910-060 SET	936 502 292	265 761 002	265 771 002	acvs@acvsetubal.		

I.7-Estatísticas

CodEst	Título	Autor	Ano de Publ	Hyperlink	Ficheiro Anex
6	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2006	http://www.se	0(1)
7	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
8	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
9	Prorrogações de Autorizações de Permanêr	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
10	Prorrogações de Autorizações de Permanêr	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
11	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (p	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
12	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (Glot	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
13	Prorrogações de Vistos Longa Duração (por	Serviço de Estrangeiros e F	2005	http://www.se	0(1)
14	Autorizações de Permanência Concedidas (Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
15	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
16	Afastamentos Executados	Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
17	Naturalizações	Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
18	Pedidos de Asilo	Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
19	Readmissões	Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
20	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2004	http://www.se	0(1)
21	Autorizações de Permanência Concedidas 2	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
22	Peidos de Asilo	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
23	Afastamentos executados	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
24	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
25	Naturalizações	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
26	Readmissões	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
27	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2003	http://www.se	0(1)
28	Autorizações de Permanência Concedidas 2	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
29	Pedidos de Asilo	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
30	Expulsões	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
31	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
32	Naturalizações	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
33	Readmissões	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
34	População estrangeira residente em Portug	Serviço de Estrangeiros e F	2002	http://www.se	0(1)
35	Autorizações de Permanência Concedidas	Serviço de Estrangeiros e F	2001	http://www.se	0(1)

I.8-Principais Grupos de Imigrantes

CodGrup	País	Breve Historia	Observação	Adicionar Novo Campo
1	BRAZIL		0(1)	
2	ANGOLA		0(1)	
3	CAPE VERDE		0(1)	
4	GUINEA-BISSA		0(1)	
5	UKRAINE		0(1)	
6	MOLDOVA, RE		0(1)	
7	ROMANIA		0(1)	
8	CHINA		0(1)	
*	(Novo)		0(0)	